

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
---	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	3
3.2 - Medições não contábeis	4
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	5
3.4 - Política de destinação dos resultados	6
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	7
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	8
3.7 - Nível de endividamento	9
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	10

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	11
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	14
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	15
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	28
4.5 - Processos sigilosos relevantes	29
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	30
4.7 - Outras contingências relevantes	31
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	33

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	34
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	36
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	38

Índice

5.4 - Outras informações relevantes	39
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	40
6.3 - Breve histórico	41
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	42
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	43
6.7 - Outras informações relevantes	44
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	45
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	46
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	47
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	51
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	52
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	53
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	54
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	55
7.9 - Outras informações relevantes	56
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	57
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	59
8.3 - Operações de reestruturação	60
8.4 - Outras informações relevantes	61
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	62
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	63
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	64

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	68
9.2 - Outras informações relevantes	70
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	71
10.2 - Resultado operacional e financeiro	76
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	77
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	78
10.5 - Políticas contábeis críticas	79
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	83
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	84
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	85
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	86
10.10 - Plano de negócios	87
10.11 - Outros fatores com influência relevante	88
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	89
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	90
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	91
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	94
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	95
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	96
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	97
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	98
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	100
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	101
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	102

Índice

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	103
--	-----

12.12 - Outras informações relevantes	104
---------------------------------------	-----

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	105
--	-----

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	107
--	-----

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	110
---	-----

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	111
---	-----

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	112
--	-----

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	113
---	-----

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	114
--	-----

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	115
--	-----

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	116
---	-----

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	117
--	-----

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	118
---	-----

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	119
--	-----

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	120
---	-----

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	121
---	-----

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	122
---	-----

13.16 - Outras informações relevantes	123
---------------------------------------	-----

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	124
---------------------------------------	-----

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	126
---	-----

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	127
--	-----

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	128
--	-----

Índice

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	129
15.3 - Distribuição de capital	141
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	142
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	143
15.7 - Outras informações relevantes	144

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	145
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	146
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	147

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	148
17.2 - Aumentos do capital social	149
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	150
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	151
17.5 - Outras informações relevantes	152

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	153
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	154
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	155
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	156
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	157
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	158
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	159
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	160

Índice

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	161
18.10 - Outras informações relevantes	162
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	163
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	164
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	165
19.4 - Outras informações relevantes	166
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	167
20.2 - Outras informações relevantes	168
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	169
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	170
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	174
21.4 - Outras informações relevantes	175
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	176
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	177
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	178
22.4 - Outras informações relevantes	179

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1051-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	MOORE STEPHENS JARBA LIMA, FIORAVANTI, PUERARI AUDITORES E CONSULTORES S/S
CPF/CNPJ	07.048.269/0001-97
Período de prestação de serviço	04/10/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2014: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos, R\$ 127.200,00.
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JARBAS LIMA DA SILVA	04/10/2011	423.544.800-59	Avenida Cristóvão Colombo nº 3084, Conjunto 707, Higienópolis, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90560-002, Telefone (51) 33421003, Fax (51) 33421003, e-mail: jarbaslima@msbrasil.com.br

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	573.265.000,00	478.367.000,00	495.549.000,00
Ativo Total	1.399.719.000,00	1.342.254.000,00	1.210.282.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.028.233.000,00	987.306.000,00	930.344.000,00
Resultado Bruto	316.176.000,00	296.843.000,00	284.925.000,00
Resultado Líquido	20.530.000,00	19.200.000,00	33.588.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	10.582.000	10.582.000	10.582.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	54,170000	45,210000	46,830000
Resultado Líquido por Ação	1,940000	1,810000	3,170000

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

3.2.1. A Companhia divulga medições relacionadas ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, equivalente no Brasil ao LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

a) Valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2014	2013	2012
EBITDA / LAJIDA MR\$	88.305	80.859	93.906
EBITDA / LAJIDA %	8,6%	8,2%	10%

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2014	2013	2012
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	77.064	71.547	84.331
Depreciações e Amortizações do Permanente	11.241	9.312	9.575
EBITDA / LAJIDA MR\$	88.305	80.859	93.906

c) Motivo da apresentação dos números com referência ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, ou (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização):

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende não haver qualquer evento subsequente relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação de resultados

CONTROLADORA	2014	2013	2012
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

CONTROLADA	2014	2013	2012
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado	19.503.500,00	18.240.000,00	31.908.600,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	30,000000	30,000000	30,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	3,580000	4,010000	6,780000
Dividendo distribuído total	5.851.000,00	5.472.000,00	9.573.000,00
Lucro líquido retido	14.679.000,00	12.768.000,00	22.335.600,00
Data da aprovação da retenção	27/04/2015	24/04/2014	23/04/2013

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	5.771.142,84	10/06/2015	5.397.310,82		9.442.000,00	05/06/2013
Dividendo Prioritário Mínimo						
Preferencial	79.857,16	10/06/2015	74.689,18		131.000,00	05/06/2013

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Informar se nos 3 últimos exercícios sociais foram declarados Dividendos a conta de Lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores:

Na Controladora, por deliberação da AGE de 12 de Julho de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários no valor de R\$ 35 milhões, utilizando reserva de lucros, sendo pagos integralmente em outubro daquele mesmo exercício.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2014	0,00	Outros índices	1,15000000	A Administração entende que o nível de endividamento financeiro isolado - R\$ 657.948.000,00 - é o que retrata de forma mais fiel o fator de risco de alavancagem da operação, à medida que representa 80% da soma do passivo circulante com o não circulante. As demais dívidas possuem características inerentes à operação do negócio, com saldos históricos praticamente constantes.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	7.952.000,00	11.289.000,00	5.552.000,00	5.923.000,00	30.716.000,00
Garantia Flutuante	41.072.000,00	0,00	0,00	0,00	41.072.000,00
Quirografárias	250.697.000,00	307.375.000,00	28.088.000,00	0,00	586.160.000,00
Total	299.721.000,00	318.664.000,00	33.640.000,00	5.923.000,00	657.948.000,00

Observação

1. Dados consolidados;
2. Garantia real referem-se a equipamentos ou imóveis dados em garantia às operações de financiamento de investimento;
3. Garantia flutuante referem-se ao penhor mercantil sobre estoques nas operações de crédito rural; e
4. Quirografárias referem-se às operações sem garantia, além do aval dos diretores estatutários.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento na Companhia

a) Fatores de risco relacionados à Companhia

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commodity* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica Brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

b) Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização com essa característica.

c) Fatores de risco relacionados a seus acionistas

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida a Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

d) Fatores de risco relacionados à suas controladas

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda fora criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

e) Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commodity* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 3,6% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

f) Fatores de risco relacionados a seus clientes

A empresa detém uma base de clientes com mais de 81,6 mil CNPJ's cadastrados, sendo mais de 10,9 mil clientes ativos (corte de 90 dias). Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

g) Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), movimentos na taxa Selic e em spread's bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opressora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais

4.1 - Descrição dos fatores de risco

procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional.

Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja de alguns países, sendo que tal volume representou 23% de nosso Custo dos Produtos vendidos em 2014 (Consolidado).

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente ao redor de 5% de sua venda bruta anual (5,53% em 2014 – Consolidado). Entretanto, vem desde 2007 estrategicamente investindo na sua estrutura de vendas para o mercado externo.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia adota a prática de análise constante dos cenários micro e macro econômicos, todos que em maior ou menor escala imputam alterações estratégicas e operacionais na gestão da companhia. Entende que utiliza boas ferramentas de informação e gestão, utiliza seus indicadores de *performance* constantemente em avaliações comparativas dentro e fora de seu segmento de atuação. Adota política de rígida disciplina financeira e gestão conservadora de Caixa, e seus executivos da alta administração encontram-se focados na identificação de oportunidades nos pontos de risco acima identificados.

A Organização identifica o nível de preços no mercado da *commodity* arroz como o principal fator de redução de risco de seu mercado de atuação, ocasionando aumento do volume financeiro de vendas e influenciando positivamente seus ganhos de escala e margem líquida.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia e suas controladas:										
A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta R\$ 3.850.704,53 milhões em 31/12/2014. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.										
Controladora, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2014:										
* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (Cível >R\$ 50 mil; Tributário > R\$ 200 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia.										
Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo		e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$. mil
				Autor (a)	Ré					
11040.001458/2004-68	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	19/01/2005	Receita Federal	Josapar	R\$ 2.300.003,08 (principal+juros+multa)	IRPJ/CSLL - Glosa da dedução das despesas financeiras, especialmente juros, encargos e variações, nas bases de cálculo dos tributos, incidente sobre a renda, mediante a desconsideração dos negócios jurídicos, que as partes contratuais realizaram, para internalizar os bens numerários, oriundos do programa de papéis comerciais. Julgado procedente o lançamento. Recurso voluntário com arrolamento de bem imóvel. Ciência do Acórdão 107-08867: por unanimidade, rejeitando as preliminares de nulidade. Quanto ao IRPJ, por unanimidade, acolhendo a preliminar de decadência dos trimestres do ano-calendário de 1998 e rejeitando a preliminar de decadência quanto ao ano de 1999. Quanto à CSLL, por maioria, rejeitando a preliminar de decadência. E, no mérito, negando provimento ao recurso de IRPJ e CSLL. Petição requerendo o cancelamento do arrolamento - declaração de inconstitucionalidade pelo STF (ADI 1.976/DF). Interposto recurso especial à CSRF. Ciência (11.05.2010) da INTIMAÇÃO nº 733/2010/SECAT/COB, relativa a despacho n. DDC107148423-168 admitindo parcialmente o recurso especial interposto quanto à decadência da CSLL; Recurso de Agravo à CSRF, interposto em 17.05.2010, quanto à inadmissão parcial do recurso especial. Desde 02/02/2011, o processo está para análise do agravo/recurso especial na 1ª Turma da CSRF.	Possível, mas não provável	Garantia Real no valor de R\$ 2.021.706,14	Nota explicativa no. 19 das DF's
11080.007836/2006-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	22/11/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 2.058.428,88 (principal+multa+juros)	Trata-se de Pedido de Restituição/ Compensação do saldo negativo de IRPJ decorrente da apuração trimestral (1º, 3º e 4º) de 1998, indeferido em função do IRRF deduzidos do imposto devido em cada período-base. Interposição de Manifestação de Inconformidade. Desde 09.06.2010 processo encaminhado do CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF DF à COORD DO CONT ADM TRIBUTARIO DA PGNF-DF, em 02.07.2010, retornando ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF. Em 14/08/2013 processo movimentado para o órgão julgador SESE/15J/CARF/MF/DF. Processo não incluído na reabertura do REFFIS da Lei 11.941/09 c/c Lei n. 12.865/13.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11080.008915 /2006-31	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	25/10/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 474.208,71 (principal+multa+juros)	Trata-se de Representação Fiscal acusando excesso de compensação relativamente ao saldo negativo do IRPJ apurado em 2000 (PA 11040.000983/2001-13) - Erro de fato na PER/DCOMP que retificada corrigiu a compensação dos débitos com saldo negativo de 2001 (ano-base). Protocolizada petição de esclarecimentos à Intimação n. 332/07. Despacho decisório através do qual não foram aceitas declarações de compensação, não homologadas compensações, não declaradas compensações referentes a débitos e ratificada a não homologação de declarações de compensação. Interposto recurso. Protocolizada manifestação de inconformidade contra não homologação de compensação. Decisão no PAF n. 11080.002341/2008-59 indeferindo o recurso administrativo interposto e confirmando a não declaração das compensações ref. 02 débitos contidos na DCOMP 01115 que constam incluídos no PAES conforme Despacho DRFB/POA n. 2292/07. No dia 29/02/2012, fora recebida a intimação n. 343/2012, referente ao acórdão nº 10-35.874 - 5ª Turma da DRJ/POA, de 30/11/11, julgando improcedente a Manifestação de inconformidade, não reconhecendo o crédito de IRPJ a pretexto de decadência do direito envolvido. No dia 29/03/2012, foi interposto Recurso Voluntário no CARF, 1ª Seção, onde encontra-se aguardando distribuição e julgamento.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11040.001264 /2000-77	Delegacia da Receita Federal de Pelotas	2ª Instância	22/11/2006	Receita Federal	Josapar	R\$ 1.136.922,74 (principal+multa+juros)	Manifestação de Inconformidade. Ciência do Acórdão 10-12.862/2007 indeferindo o pedido de restituição e compensação do IRPJ e da CSLL, anos 1997 e 1998. Recurso voluntário. Em 03.07.2012, Intimação n. 1685/2011, relativamente (i) ao Acórdão CARF n. 1102-00.019, 1ª Câmara/2ª Turma Ordinária, de 26.08.2009, dando provimento ao recurso voluntário; (ii) ao Recurso Especial da Fazenda Nacional; e, (iii) ao despacho com exame de admissibilidade favorável ao julgamento do recurso. No dia 17.07.2012, contrarrazões ao Recurso Especial da Procuradoria da Fazenda Nacional. Na 1ª TURMA/CSRF/CARF/MF/DF. Processo aguarda DISTRIBUIR/SORTEAR RELATOR na 1ª Seção de Julgamento/CARF. Sugestão de adesão parcial ao REFS da Lei n. 11.941/09 quanto ao IRRF deduzido do imposto devido, pois o direito creditório derivado de IRRF/aplicações financeiras depende de ser comprovado mediante comprovantes de retenção das fontes pagadoras ou mediante conjunto probatório da própria autora. Desde 02.07.2013, processo incluído na reabertura do REFS da Lei 11.941/09 c/c Lei n. 12.865/13, na redação da Lei 12.973/14.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11080.900075 /2009-11	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	2ª Instância	26/02/2009	Receita Federal	Josapar	R\$ 3.763.775,99 (principal+multa+juros)	Trata-se de saldo negativo do IRPJ de 2003 cuja compensação de débitos não foi homologada a pretexto de que o direito de crédito informado em PER/DCOMP não corresponde àquele declarado na DIPJ 2004. Protocolo de Manifestação de Inconformidade perante a RFB de Porto Alegre, RS. Intimação de novo Despacho Decisório n.1.665, reconhecendo parcialmente o saldo negativo de IRPJ, bem como alocando as compensações efetivadas em face dos períodos-base do direito creditório apurado, mediante desmembramento do processo. Interposto recurso administrativo da Lei n.9.784/95(art. 59). Interposição de nova Manifestação de Inconformidade (07.10.10) em negativo de IRPJ de 2003. Desde 25.10.2010, processo encaminhado para SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS. Processo movimentado para SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. No dia 17/05/2013, fora recebida intimação acerca do Acórdão 10-43.744 - 5ª Turma DRJ/POA, de 30/04/2013, julgando o não conhecimento da Manifestação de Inconformidade. A matéria já foi decidida no processo administrativo 11080.901351/2005-26, sem êxito, por ser insuficiente o direito creditório de IRPJ 2002 que compensou estimativas de IRPJ do ano 2003.. Formalizado por e-mail, em 11/06/2013, orientação sugerindo o pagamento/parcelamento de débitos indevidos compensados, enviado ao órgão ARQUIVO ELETRONICO DO SIEF-10RF-SRF. No dia 20/12/2013, processo movimentado para COORD GERAL ARRECADÇÃO COBRANÇA-RFB-MF. No dia 09/01/2014, processo encaminhado para arquivo digital órgãos centrais-RFB-MF.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
--------------------------	---	--------------	------------	--------------------	---------	---	---	----------------------------	--------------	----------------------------------

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11080.002431/2010-64	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	26/02/2009	Receita Federal	Josapar	R\$ 407.839,22 (principal+juros+multa)	Saldo Negativo de IRPJ - período-base 2004, sem reconhecimento em face de retenções de IRRF e de estimativas mensais de IRPJ/2004 cujos pagamentos foram considerados não comprovados, causando não homologação de compensação com os mesmos efetivados. Protocolo de Manifestação de Inconformidade. No dia 28.12.2010, processo movimentado do SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS para o SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS. Desde 10.05.2013, processo movimentado para SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. No dia 17.05.2013, intimação do Acórdão 10-43.858 - 5ª Turma DRJ/POA, de 09.05.2013, julgando o não conhecimento da Manifestação de Inconformidade. Parte da matéria já foi decidida no processo administrativo 11080.901351/2005-26, sem êxito, por insuficiente o direito creditório de IRPJ 2003 que respalde a compensação de estimativas de IRPJ do ano 2004. No dia 17.06.2013, protocolo de recurso voluntário ao CARF, restringindo-se a defesa à formação do direito creditório de IRPJ de 2004 derivada do IRRF pago por antecipação no período-base. Processo movimentado ao CARF. No CARF, Primeira Seção de Julgamento, desde 01.07.2013 processo/recurso voluntário está para DISTRIBUIR/SORTEAR. Sugestão para REFIS IV (Lei n. 11.941/09 e Lei n. 12.865/13) uma vez que o SN IRPJ 2004 defendido nesse PAF tem a sua formação dependente da homologação do direito creditório dos PAF 900075/1351 e 10035, todavia, já encerrados no contencioso administrativo, sobretudo avaliados com perspectiva de perda provável, diante de SN de 1996, considerado prescrito pela RFB. Processo não incluído na reabertura do	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
11131.000675/2010-60	Delegacia da Receita Federal de Fortaleza	1ª Instância	19/07/2010	Receita Federal	Josapar	R\$ 807.021,46 (principal+juros+multa)	Exigência do Imposto de Importação 2006 e 2007. Alegada inexistência dos Certificados de Origem; importação desamparada de LI; e, por fim, classificação fiscal incorreta NCM 1006.30.29, supondo como correta a NCM 1006.30.21. Aplicada Multa administrativa de 258% do imposto exigido. Em 19/07/2010 Impugnação protocolada na SEC ARRECADAÇÃO E COBRANCA-ALF-FOR-CE. Em 04/08/2010 processo em trânsito para SERV CONTROLE DO JULGAMENTO-DRJ-FOR-CE. Em 25/08/2010 o processo foi remetido para DEL REC FED JULGAMENTO-FORTALEZA-CE. Para DEL REC FED JULGAMENTO-RIBEIRAO PRETO-SP.	Possível, mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

<p>11040.000983 /2001-13</p>	<p>Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre</p>	<p>1ª Instância</p>	<p>09/10/2006</p>	<p>Receita Federal</p>	<p>Josapar</p>	<p>R\$ 1.686.380,28 (principal+multa+juros)</p>	<p>Trata-se de processo de compensação de débitos de IRPJ e IRPJ-S aplicações financeiras com débitos de PIS/COFINS; e (2) de IRPJ do ano de 1996 com débitos do próprio imposto, mas que, por equívoco, constou na DCTF o ano de 2000, o que ocasionou o indeferimento do pleito de compensação deste período. Intimação n. 332/2007 (I) comunicando que a manifestação de inconformidade encontra-se na DRJ/POA; e (ii) cobrando de débitos que excedem os créditos pretendidos compensar. Esclarecimentos à Intimação, relativos ao PA 11080.008915/2006-31. Acórdão n. 10-12.066 conservando o deferimento parcial do direito creditório relativo ao IRPJ de 2000. Interposto recurso voluntário. Em 13.08.2008, Resolução 105-01409: Por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência. Intimação DRF/SEORT/RESTITUIÇÃO 3.335/2008 informando que o valor de R\$ 70.798,52 compõe indébito tributário defendido, todavia, sem reconhecimento no Despacho Decisório originário como direito de crédito, pendendo de comprovação pelo contribuinte. Decisão 1302-000.188/Resolução, de 04.07.2012, Relator Marcos Rodrigues de Mello, 2ª Turma da 3ª Câmara, 1ª Seção/CARF. Retorno do processo à origem para conclusão e cumprimento da diligência/resolução n. 105-1409, de 13.3.2008. Ciência do Despacho de 28.09.2012, quanto à diligência determinada pelo CARF e cumprida pela DRFB/POA. Em 20.11.2012, manifestação contrária ao Despacho de 28.09.2011, correspondente às fls. 688 e 689 dos autos, relativamente ao cumprimento, pela DRFB/POA, da Solicitação de Diligência/CARF de fl. 685 dos autos. Em 03.12.12, retorno do processo ao CARF. No CARF/1ª Seção de Julgamento, na fase JULGAMENTO, desde 15.03.2013, andamento: DISTRIBUIR/SORTEAR. Sugestão de adesão à Lei n. 11.941/09, considerando que o direito creditório depende da comprovação fática (I) do crédito de IRRF oriundo de aplicações financeiras; (ii) da efetiva autocompensação dos débitos de IRRF/2001 e 2002 com o alegado crédito de IRRF oriundo de aplicações financeiras. (iii) da efetiva autocompensação de Prejuízo Fiscal e Base de cálculo negativa, aprovadas no primeiro e segundo trimestres-calendários de 2008, glosadas por reflexo da retificação de prejuízo/base de cálculo negativa do ano-calendário de 1999, objeto do PAF 11040.001458/2004-68. Protocolo da impugnação. Desde 28.03.2013, processo encaminhado ao Serviço Controle de Julgamento -DRJ-POA-RS. Desde 27.04.2013, processo encaminhado para DEL REC FED JULGAMENTO-RIBEIRAO PRETO-SP. Sugestão de parcelamento para fins de REFS IV dos débitos lançados oriundos da glosa nos trimestres-calendários de 2008 (fatos geradores até 30 jun) de compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por reflexo da retificação do "estoque" de bases negativas do ano-calendário de 1999, objeto do PAF 11040.001458/2004-68. Processo não incluído na reabertura do REFS da Lei 11.941/09 c/c Lei n. 12.865/13. Desde 24.04.2014, processo movimentado para DEL REC FED JULGAMENTO-SAO PAULO1-SP. Desde 03.07.2014, processo encaminhado para SERV CONTROLE ACOMP TRIBUTARIO-DRFPOA-RS. Desde 22.07.2014, processo movimentada para DEL REC FED JULGAMENTO-SAO PAULO1-SP. Processo movimentado para SERV CONTROLE ACOMP TRIBUTARIO-DRFPOA-RS. Intimação n. 1.319/2014/SECAT referente ao Acórdão n. 16-61.181 - 4ª Turma da DRJ/SPO, de 05.09.2014, julgando improcedente a impugnação e mantendo o crédito tributário. No dia 22.10.2014, protocolo de Recurso Voluntário ao CARF, apresentado na RFB Porto Alegre. Processo encaminhado ao CONSELHO ADMINISTRATIVO RECURSOS FISCAIS-MF-DF. No CARF, processo está para DISTRIBUIR/SORTEAR, na 1ª Seção/CARF/MF/DF. Processo no CARF. DISTRIBUIDO PARA 2ªTO/3ªCÂMARA/1ªSEIUL/CARF/MF, SORTEADO PARA RELATOR, WALDIR VEIGA ROCHA. Desde 15.04.2015, processo PARA RELATAR</p>		
<p>11080.721372 /2013-70</p>	<p>Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre</p>	<p>1ª Instância</p>	<p>22/03/2013</p>	<p>Receita Federal</p>	<p>Josapar</p>	<p>R\$ 6.032.238,88 (principal+multa+juros)</p>	<p>Possível, mas não provável</p>	<p>Sem garantia</p>	<p>Nota explicativa no. 19 das DF's</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

2008.71.01.00 0145-4	1ª Vara Justiça Federal de Rio Grande	1ª Instância	22/01/2008	União Federal	Josapar	R\$ 330.664,92 (principal+multa+juros)	<p>Proposta a ação ordinária, em 23.01.08 foi proferida decisão concedendo a antecipação dos efeitos da tutela, possibilitando que a Empresa participasse dos leilões da CONAB do dia 24.01.08. Em 25.03.08 foi apresentada contestação pela União e em 23.04.08 réplica pela Empresa. Em 20.06.08 foi proferido despacho ordenando a suspensão do feito até a conclusão da perícia em andamento no MS 92.10.02557-1. Protocolo de petição, em 18.04.11, requerendo a intimação da União para comprovar suspensão da exigibilidade do crédito tributário objeto da presente ação, bem como se manifestando no sentido de que, por óbvio, não pretende incluir o presente débito no parcelamento da Lei. n. 11.941/09. Despacho, em 26.04.11, determinando a intimação da União para que, em 03 dias, se manifeste acerca da situação do débito objeto deste feito, tendo em vista a sua inexigibilidade determinada nos termos da decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela. No mesmo dia foi expedido e cumprido mandado de intimação da União. Em 02.05.11 a União apresentou manifestação. Autos conclusos em 04.05.11. Despacho (DJE 20.06.11) dando vista à parte autora, pelo prazo de 10 (dez) dias, acerca da informação da UF pela inclusão do débito no Refis IV, o que foi atendido pela Empresa em 30.06.11, reiterando que não cogita da inclusão de tal débito no Refis IV, pois o tem por inexigível. Em 08.07.11, o processo foi suspenso, aguardando o cumprimento das providências determinadas nos autos do MS 92.10.02557-1. Aos 17.12.12, o presente feito foi reativado, ao que juntada a decisão proferida nos autos do MS 92.10.02557-1, demonstrando que o pretense débito está quitado. Assim, processo enviado à conclusão para sentença, aos 18.12.12. Proferida sentença de integral procedência do pedido, com condenação da FN em honorários sucumbenciais e ressarcimento das custas adiantadas pela Empresa (DJe 10.05.13). Aos 20.05.13, a Empresa opôs embargos de declaração, demonstrando omissão quanto ao índice de atualização monetária a ser aplicado na sucumbência. Aos 27.05.13, recurso enviado à conclusão para julgamento. Decisão proferida em 20.06.13, determinando a atualização dos valores pelo IPCA e, a partir de 07.2009, TR, nos termos da L. 11.960/09 (DJe 28.06.13). Interposta apelação em 15.07.13, visando a atualização do valor pelo IPCA durante todo o período. Aos 30.07.13, autos enviados à conclusão. Aos 04.09.13, despacho determinando a intimação da FN acerca da r. sentença proferida nos embargos de declaração. Carga à FN em 06.09.13. Apelação interposta pela FN em 08.10.13. Intimada (DJe 15.10.13), a Empresa apresentou as suas contrarrazões ao recurso fazendário em 04.11.13. Autos</p>						Possível, mas não provável	Sem garantia		Nota explicativa no. 19 das DF's
-------------------------	--	--------------	------------	------------------	---------	---	---	--	--	--	--	--	----------------------------	--------------	--	----------------------------------

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5028796-55.2010.404.7100	13ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	22/11/2010	União Federal	Josapar	R\$ 15.257.080,23 (principal+multa+juros)	<p>Proposta, em 22.11.10, a ação com pedido de antecipação de tutela, denegada a liminar em 08.11.11, ensejando a interposição de AI 5009707.06.2010.404.0000, ao qual, sem liminar, foi negado provimento em 29.04.11. Contestado o feito em 23.02.11, com réplica em 21.03.11. Indeferido pleito da Autora pela intimação da UF para apresentar demonstrativo especificado dos débitos consolidados e pagamentos, foi interposto agravo retido. Deferida a prova pericial, nomeando o Sr. Edson de Queiroz Penna, apresentados quesitos e assistentes técnicos, com depósito dos honorários, a perícia teve início em 07.03.12. Após pedido de dilação do prazo, foi entregue o laudo técnico pelo perito em 03.08.12. A FN apresentou suas considerações em 05.09, formulando quesitos complementares. Em 12.09.12, a Cia. manifestou-se quanto ao laudo pericial, formulando quesitos complementares. Em 26.11.12, determinada a remessa dos autos para o MM. Juízo onde tramita a execução fiscal correlata (1ª VEF/POA). Intimadas, a Cia. e a FN não se opuseram à redistribuição. Autos remetidos à 1ª VEF/POA em 07.01.13. Determinada a intimação do perito para responder aos quesitos complementares (25.02.2013). Apresentado laudo complementar em 18.03, foi dado vista às partes. As partes manifestaram desinteresse em novos quesitos complementares. Em 04.07.13, determinado o sobrestamento do presente feito, a aguardar a instrução dos embargos à execução fiscal n. 5010823-19.2012.404.7100, para julgamento conjunto. Em 16.12.13, intimadas as partes para apresentação de razões finais. Apresentadas razões finais, foram os autos conclusos para sentença. Em 08.05.14, determinada conversão do feito em diligência, com suspensão até o julgamento final do Resp n. 1430906 (AO 2009.71.00.020508-0). Em 14.11.14, determinada intimação da Fazenda para acostar documentos que comprovem o quanto alegado em razões finais. Em 12.12.14, a FN requereu a suspensão do feito por noventa dias, para providenciar a apresentação de razões finais. A Fazenda apresentou razões finais e a Autora a recolher a CSLL e correlata multa, por dito indevido aproveitamento de base de cálculo negativa da contribuição social que possuía a SUPREMO ao incorporar a SUPRARROZ, depois sucedida pela Autora, com a determinação para que seja desconstituído, por derradeiro e ato contínuo, o crédito tributário consubstanciado nos autos do Processo Administrativo n. 11040.000241/2003-50, que embasa a ilegal cobrança, seja por que não houve simulação de incorporação, seja ainda pela ausência de vedação legal ao aproveitamento da dita base negativa de CSLL vigente no ano calendário objeto do lançamento (1998). Em 19.04, intimação do despacho que deu vista à União dos documentos juntados na réplica, bem como intimando para apontar de forma concreta os fatos de devem ser objeto de prova. Em 30.04.12, a União manifestou que não possui interesse na produção de outras provas, requerendo o julgamento antecipado da lide. Em 25.07.12, indeferido o pedido da Empresa de produção de prova pericial. Em 15.08.2012, foi interposto agravo retido pela Autora, o qual foi contrarrazoado pela União, e em 02.10.12, os autos foram conclusos para sentença. Em 30.10.14, prolatada sentença de improcedência da ação. Em 25.11.2014, manifestada desistência da ação, para fins de adesão ao REFTS.</p>	Possível, mas não provável	Garantia Real no valor de R\$ 2.011.789,87	Nota explicativa no. 19 das DF's
5045884-72.2011.404.7100	13ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	09/09/2011	União Federal	Josapar	R\$ 261.467,53 (principal+multa+juros)	<p>Proposta, em 22.11.10, a ação com pedido de antecipação de tutela, denegada a liminar em 08.11.11, ensejando a interposição de AI 5009707.06.2010.404.0000, ao qual, sem liminar, foi negado provimento em 29.04.11. Contestado o feito em 23.02.11, com réplica em 21.03.11. Indeferido pleito da Autora pela intimação da UF para apresentar demonstrativo especificado dos débitos consolidados e pagamentos, foi interposto agravo retido. Deferida a prova pericial, nomeando o Sr. Edson de Queiroz Penna, apresentados quesitos e assistentes técnicos, com depósito dos honorários, a perícia teve início em 07.03.12. Após pedido de dilação do prazo, foi entregue o laudo técnico pelo perito em 03.08.12. A FN apresentou suas considerações em 05.09, formulando quesitos complementares. Em 12.09.12, a Cia. manifestou-se quanto ao laudo pericial, formulando quesitos complementares. Em 26.11.12, determinada a remessa dos autos para o MM. Juízo onde tramita a execução fiscal correlata (1ª VEF/POA). Intimadas, a Cia. e a FN não se opuseram à redistribuição. Autos remetidos à 1ª VEF/POA em 07.01.13. Determinada a intimação do perito para responder aos quesitos complementares (25.02.2013). Apresentado laudo complementar em 18.03, foi dado vista às partes. As partes manifestaram desinteresse em novos quesitos complementares. Em 04.07.13, determinado o sobrestamento do presente feito, a aguardar a instrução dos embargos à execução fiscal n. 5010823-19.2012.404.7100, para julgamento conjunto. Em 16.12.13, intimadas as partes para apresentação de razões finais. Apresentadas razões finais, foram os autos conclusos para sentença. Em 08.05.14, determinada conversão do feito em diligência, com suspensão até o julgamento final do Resp n. 1430906 (AO 2009.71.00.020508-0). Em 14.11.14, determinada intimação da Fazenda para acostar documentos que comprovem o quanto alegado em razões finais. Em 12.12.14, a FN requereu a suspensão do feito por noventa dias, para providenciar a apresentação de razões finais. A Fazenda apresentou razões finais e a Autora a recolher a CSLL e correlata multa, por dito indevido aproveitamento de base de cálculo negativa da contribuição social que possuía a SUPREMO ao incorporar a SUPRARROZ, depois sucedida pela Autora, com a determinação para que seja desconstituído, por derradeiro e ato contínuo, o crédito tributário consubstanciado nos autos do Processo Administrativo n. 11040.000241/2003-50, que embasa a ilegal cobrança, seja por que não houve simulação de incorporação, seja ainda pela ausência de vedação legal ao aproveitamento da dita base negativa de CSLL vigente no ano calendário objeto do lançamento (1998). Em 19.04, intimação do despacho que deu vista à União dos documentos juntados na réplica, bem como intimando para apontar de forma concreta os fatos de devem ser objeto de prova. Em 30.04.12, a União manifestou que não possui interesse na produção de outras provas, requerendo o julgamento antecipado da lide. Em 25.07.12, indeferido o pedido da Empresa de produção de prova pericial. Em 15.08.2012, foi interposto agravo retido pela Autora, o qual foi contrarrazoado pela União, e em 02.10.12, os autos foram conclusos para sentença. Em 30.10.14, prolatada sentença de improcedência da ação. Em 25.11.2014, manifestada desistência da ação, para fins de adesão ao REFTS.</p>	Possível mas não provável	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5049708-39.2011.404.7110	13ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	28/09/2011	União Federal	Josapar	R\$ 16.831.526,84 (principal+multa+juros)	Execução fiscal ajuizada em 28/09/2011. Em 04.10.11, despacho determinando a citação do executado e que, em não ocorrendo o pagamento ou a garantia da execução nas modalidades previstas na Lei 6.830/80, reduza-se a termo a penhora do imóvel objeto da caução efetuada nos autos da Medida Cautelar n. 5035231-11.2011.404.7100 (1ª VFT/PoA). Em 17.10.11, a União requereu que seja determinada a penhora no rosto dos autos da Ação Ordinária 2004.71.10.003965-9 (2ª VF/Pelotas), o que foi deferido pelo MM. Juízo em 27.10.11. Expedida carta precatória de penhora (n. 5006925-02.2011.404.7110) em 31.10.11. Em 09.11.11, a Empresa deu-se por ciente da presente execução, bem como requereu a conversão em penhora da caução efetuada na referida ação cautelar. Em 19.01.12, foi juntada informação de que cumprida a carta precatória. Em 02.03.12, a Empresa apresentou embargos à execução fiscal (n. 5010823-19.2012.404.7100). Despacho determinando que reduza-se a termo a penhora do imóvel objeto da caução efetuada nos autos da Medida Cautelar e intimando-se a executada a firmá-lo em Secretaria. A União manifestou-se, em 16.04, requerendo que sejam penhorados valores correspondentes ao lucro líquido da empresa, no valor de R\$ 5.327.000,00 (cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil reais), destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas da empresa executada. Indeferido tal pedido em 24.04, a União interpôs agravo de instrumento (50062603920124040000). Indeferido o pedido de antecipação da tutela recursal, a empresa apresentou resposta ao recurso em 29.06.12. O agravo fazendário foi desprovido, em 07.08.12, ensejando oposição de embargos de declaração pela FN. Nos autos da execução, foi firmado termo de penhora do bem outrora dado em caução dos créditos exequendos (21.08.12), ao que requerido o levantamento da penhora realizada nos autos da ação n. 2004.71.10.003965-9. Nos autos do agravo, os embargos fazendários foram rejeitados em 19.09.12. Nos autos da execução, foi expedido mandado de avaliação e registro de penhora à Subseção de Capão da Canoa/RS, em 26.11.12. Em 27.12.12, deferido, em plantão, penhora no rosto dos autos do MS 92.10.02557-1. Perfeitibilizada a penhora sobre o imóvel, o MM. Juízo da execução deferiu o levantamento das penhoras realizadas no rosto dos autos, em 11.01.13. Contra tal decisão, a Fazenda interpôs novo agravo (n.50012516220134040000). Nos autos dos Embargos, a Empresa apresentou resposta à impugnação fazendária, em 08.02.13. O agravo n.50012516220134040000 foi desprovido, em sessão realizada aos 09.04.13. Nos autos dos Embargos, foi prolatada decisão. Ajuizada a ação em 30.09.13, foi comprovado, na mesma data, o depósito integral do valor espelhado na CDA 00 2 13 001434-20, para garantir a suspensão da exigibilidade do tributo (CTN, art. 151, I). Comprovado o recolhimento das custas, a FN foi citada aos 18.10.13 para, querendo, em sessenta dias, apresentar contestação. Em 13.11.13, a FN apresentou contestação. Em 20.12.13, a FN comprovou a suspensão da exigibilidade do crédito em discussão. Em 02.06.14, a Cia. apresentou réplica, com pedido de realização de prova pericial contábil. Em 16.07.14, deferida a realização de prova pericial. A FN apresentou seus quesitos, em 24.07.14, e a Cia., em 04.08.14. Intimado, o Perito apresentou proposta de honorários, em 21.08.14. Em 25.09.14, por determinação judicial, expedido alvará e intimado o Sr. Perito. Em 19.11.14, o perito apresentou seu laudo. Manifestação da Fazenda em 27.11.14. A Cia. apresentou suas ponderações ao laudo pericial em 11.12.14. Em 22.12.14, intimado o Perito a respeito dos quesitos complementares apresentados pela Cia. Em 05.02.15, o Perito requereu.	Possível mas não provável	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's
5051356-83.2013.404.7110	14ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	30/09/2013	Fazenda Nacional	Josapar	R\$ 512.985,37 (principal+multa+juros)	Execução fiscal ajuizada em 28/09/2011. Em 04.10.11, despacho determinando a citação do executado e que, em não ocorrendo o pagamento ou a garantia da execução nas modalidades previstas na Lei 6.830/80, reduza-se a termo a penhora do imóvel objeto da caução efetuada nos autos da Medida Cautelar n. 5035231-11.2011.404.7100 (1ª VFT/PoA). Em 17.10.11, a União requereu que seja determinada a penhora no rosto dos autos da Ação Ordinária 2004.71.10.003965-9 (2ª VF/Pelotas), o que foi deferido pelo MM. Juízo em 27.10.11. Expedida carta precatória de penhora (n. 5006925-02.2011.404.7110) em 31.10.11. Em 09.11.11, a Empresa deu-se por ciente da presente execução, bem como requereu a conversão em penhora da caução efetuada na referida ação cautelar. Em 19.01.12, foi juntada informação de que cumprida a carta precatória. Em 02.03.12, a Empresa apresentou embargos à execução fiscal (n. 5010823-19.2012.404.7100). Despacho determinando que reduza-se a termo a penhora do imóvel objeto da caução efetuada nos autos da Medida Cautelar e intimando-se a executada a firmá-lo em Secretaria. A União manifestou-se, em 16.04, requerendo que sejam penhorados valores correspondentes ao lucro líquido da empresa, no valor de R\$ 5.327.000,00 (cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil reais), destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas da empresa executada. Indeferido tal pedido em 24.04, a União interpôs agravo de instrumento (50062603920124040000). Indeferido o pedido de antecipação da tutela recursal, a empresa apresentou resposta ao recurso em 29.06.12. O agravo fazendário foi desprovido, em 07.08.12, ensejando oposição de embargos de declaração pela FN. Nos autos da execução, foi firmado termo de penhora do bem outrora dado em caução dos créditos exequendos (21.08.12), ao que requerido o levantamento da penhora realizada nos autos da ação n. 2004.71.10.003965-9. Nos autos do agravo, os embargos fazendários foram rejeitados em 19.09.12. Nos autos da execução, foi expedido mandado de avaliação e registro de penhora à Subseção de Capão da Canoa/RS, em 26.11.12. Em 27.12.12, deferido, em plantão, penhora no rosto dos autos do MS 92.10.02557-1. Perfeitibilizada a penhora sobre o imóvel, o MM. Juízo da execução deferiu o levantamento das penhoras realizadas no rosto dos autos, em 11.01.13. Contra tal decisão, a Fazenda interpôs novo agravo (n.50012516220134040000). Nos autos dos Embargos, a Empresa apresentou resposta à impugnação fazendária, em 08.02.13. O agravo n.50012516220134040000 foi desprovido, em sessão realizada aos 09.04.13. Nos autos dos Embargos, foi prolatada decisão. Ajuizada a ação em 30.09.13, foi comprovado, na mesma data, o depósito integral do valor espelhado na CDA 00 2 13 001434-20, para garantir a suspensão da exigibilidade do tributo (CTN, art. 151, I). Comprovado o recolhimento das custas, a FN foi citada aos 18.10.13 para, querendo, em sessenta dias, apresentar contestação. Em 13.11.13, a FN apresentou contestação. Em 20.12.13, a FN comprovou a suspensão da exigibilidade do crédito em discussão. Em 02.06.14, a Cia. apresentou réplica, com pedido de realização de prova pericial contábil. Em 16.07.14, deferida a realização de prova pericial. A FN apresentou seus quesitos, em 24.07.14, e a Cia., em 04.08.14. Intimado, o Perito apresentou proposta de honorários, em 21.08.14. Em 25.09.14, por determinação judicial, expedido alvará e intimado o Sr. Perito. Em 19.11.14, o perito apresentou seu laudo. Manifestação da Fazenda em 27.11.14. A Cia. apresentou suas ponderações ao laudo pericial em 11.12.14. Em 22.12.14, intimado o Perito a respeito dos quesitos complementares apresentados pela Cia. Em 05.02.15, o Perito requereu.	Possível mas não provável	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5073358-74.2013.404.7110	13ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	18/12/2013	Fazenda Nacional	Josapar	R\$ 5.378.813,23 (principal+multa+juros)	Garantia dos créditos tributários n. 00 6 13 005376-64, 00 2 13 001451-20, 00 6 13 005377-45, 00 6 13 005378-26, 00 6 13 005379-07 e 00 2 13 001452-01), ipso facto se assegurando à Autora não sejam eles invocados como óbice à certificação de sua regularidade fiscal, a propósito intimando-se a Ré para que cumpra e faça cumprir tal determinação. Ação ajuizada em 18.12.13, com pedido de decisão liminar. Em 19.12.13, determinada a intimação da Fazenda Nacional para dizer a respeito do bem dado em caução. Em 20.12.13, a Fazenda requereu avaliação judicial do imóvel. Em 09.01, foi deferida a antecipação da tutela. Termo de caução firmado em 14.01. Em 17.01.14, a FN informou que não pode expedir a certidão abonatória, em razão da existência de outras pendências. Em 14.03.14, autos conclusos para sentença. Em 10.03.15, prolatada sentença de procedência.	Possível mas não provável	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's
5068230-46.2013.404.7100	16ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	09/05/2013	Fazenda Nacional	Josapar	R\$ 3.281.559,63 (principal+multa+juros)	Cobrança de diferenças de IRPJ (CDA 00 2 13 00 1335-48) e CSLL (CDA 00 6 13 00 4960-20) de 2004. Em 06.12.13, distribuição de execução fiscal para cobrança das CDAs 00 2 1300 1335-48, 00 2 1300 1434-20 e 00 6 1300 4960-20. Em 17.12.13, petição da FN manifestando desistência da execução quanto à CDA 00 2 1300 1434-20, por ser objeto de ação prévia, com depósito integral (AO 5051356-83.2013.404.7100). Em 19.12.13, recebida a petição inicial quanto às CDAs 00 2 1300 1335-48 e 00 6 1300 4960-20, determinada citação da Cia. Em 05.05.14, juntado mandado de citação parcialmente cumprido, em razão do representante legal da Empresa ter informado que não existem bens na comarca para indicar à penhora. Em 09.05.14, a Cia. informou a inclusão dos créditos em execução no REFIS IV. Em 15.05.14, a Fazenda foi intimada para, em trinta dias, dizer do retorno do mandado de citação. Em 30.05.14, a FN requereu a suspensão do processo em razão da adesão ao REFIS. Em 11.07.14, a Fazenda requereu suspensão do feito, por noventa dias, no aguardo da consolidação do REFIS. Em 23.07.14, determinado o sobrestamento do processo.	Possível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
2013.01.1.006325-3	7ª Vara da Fazenda Pública de Brasília	1ª Instância	11/01/2013	Ministério Público Distrito Federal	Josapar	R\$ 22.734.868,50 (principal+multa+juros)	Indeferida a liminar, o Ministério Público interpôs agravo de instrumento, no bojo do qual negada a antecipação da tutela recursal. Protocolizadas contrarrazões pela Josapar em 04.03.2013. Nos autos da ACP, protocolizada contestação pela Josapar em 25.03.2013. Em 17.04.2013 os autos foram conclusos, sendo ordenada a citação do Distrito Federal. Julgado o agravo de instrumento em 08.05.2013, o recurso restou desprovido, com publicação do acórdão em 15.05.2013. Nos autos da ACP, em 13.06.2013 foi devolvido cumprido o mandado de citação do Distrito Federal, juntado aos autos em 03.07.2013. Agravo de instrumento transitado em julgado em 23.07.2013. Autos principais em carga com MP em 08.08.2013, retornando ao Cartório em 23.08.2013. Concluso para despacho em 05.09.2013, determinou-se fossem os autos conclusos para sentença.	Possível mas não provável	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

022/1.06.0018 161-9	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	17/10/2006	Cíntia Elena da Silva e Outros	Josapar	R\$ 200.000,00	Trata-se de ação indenizatória na qual as autoras buscam a condenação da requerida ao pagamento de danos morais e materiais, além de pensão vitalícia em razão do falecimento de Toner Moraes Lemos em decorrência de acidente de trabalho nas instalações da Empresa-Ré. Em contestação a Josapar suscita preliminar de prescrição, requerendo a extinção do feito com julgamento do mérito e a denunciação à lide de José Adair Lemos - ME, empregador da vítima. Com o deferimento da denunciação à lide, e consequente citação do denunciado, as partes foram intimadas para dizer acerca do interesse na produção de provas. As autoras requereram a produção de prova emprestada com a juntada de cópia do processo crime movido em desfavor dos funcionários da requerida. A Josapar reitera a prefacial de prescrição, ainda não apreciada pelo MM. Juiz, e requer a produção de prova testemunhal. Reconhecida a prescrição com relação à autora Cíntia. Realizada audiência de instrução. Processo concluso ao juiz para sentença desde 30/08/2012. Determinada vistas ao MP. Em face da manifestação do agente ministerial, fora determinado à litisdenunciada que regularize sua representação processual. Opostos embargos de declaração que restaram desacolhidos pelo julgador. Aguarda que atenda-se a promoção ministerial.	Possível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's
022/1.13.0018 743-1	2ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/11/2013	Comil Silos e Secadores	Josapar	R\$ 1.840.152,25	Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta pela Comil em face da Josapar objetivando o pagamento de R\$ 1.834.831,23 em razão do inadimplemento do contrato firmado para ampliação da Unidade de Santa Vitória do Palmar (Parte II). Ofertado imóvel como garantia à execução. Distribuídos embargos à execução. O processo encontra-se suspenso aguardando julgamento dos embargos.	Possível	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's
022/1.13.0018 741-5	3ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/11/2013	Comil Silos e Secadores	Josapar	R\$ 64.496,36	Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta pela Comil em face da Josapar objetivando o pagamento de R\$ 64.309,86 em razão do inadimplemento do contrato firmado para ampliação da Unidade de Santa Vitória do Palmar (Silo 7). Ofertado imóvel como garantia à execução. Distribuídos embargos à execução com pedido de efeito suspensivo. Garantia de imóvel negado, determinado bloqueio referente ao valor nas contas da exequente.	Possível	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's
022/1.08.0007 747-5	1ª Vara Cível de São Gabriel	1ª Instância	11/12/2008	Leni Baptista Gouliart e outros	Josapar	R\$ 54.707,35	Ação indenizatória requerendo o pagamento de indenização pelos danos que aduzem ter sofrido em razão do seu imóvel ter se tornado "improdutivo". Para tanto, alegam ser proprietários de um terreno de aproximadamente 28.000,00 m², localizado no interior do Município de São Gabriel, sendo tal propriedade lideira à unidade de beneficiamento de arroz da Josapar. Dizem que a atividade industrial desenvolvida pela empresa tem prejudicado as "condições de habitabilidade da sua propriedade". Assim, requerem que seja vedada à JOSAPAR a prática de qualquer ato ilegal de perturbação à posse dos autores, bem como a condenação da empresa ao pagamento de (a) lucros cessantes à razão de R\$ 500,00 mensais, a contar de janeiro de 2005; (b) dano emergente, decorrente da perda de criação de aves e (c) dano moral, em valor não inferior a 40 salários mínimos mensais. Audiência de conciliação inexistente. Determinada a realização de perícia no local. Carga à Defensoria Pública. Juntada petição por parte do autor. Processo concluso desde 13/12/2013. Realizada audiência de conciliação no dia 23/10/2014 com oitiva de testemunhas da parte autora. O processo encontra-se concluso para o juiz desde então.	Possível	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

001/1.05.0066 155-7	1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre	2ª Instância	08/03/2004	WMS Supermerca dos do Brasil S.A	Josapar e Real Empreendi mentos	R\$. 17.737.000,00 (principal + juros + multas)	Trã-se de ação ordinária de cobrança movida por WMS Supermercados do Brasil em desfavor de Josapar e Real Empreendimentos. Refere que os requeridos são devedores de valores advindos de obrigação contratual originado no contrato particular firmado entre as partes, em que se obrigaram pelos passivos indenizatórios e diferenças do valor patrimonial da empresa em relação do que fora declarado e apresentado em balancete à realidade dos fatos. Inconformadas com a decisão que julgou parcialmente procedente o pedido, as requeridas interuseram recurso de apelação. Foi dado provimento parcial à apelação de Josapar, para reduzir à quantia de R\$. 17.737.376,85 o principal da condenação que a sentença antes fixara em R\$. 38.891.932,31. Foi também dado parcial provimento à apelação de WMS, para reconhecer-lhe direito a juros de mora contados do ajuizamento da ação. A litisconsorte Real Empreendimentos AS e WMS Supermercados do Brasil, interuseram embargos de declaração. Embargos Declaratórios desprovidos. Fora aberto prazo para que as partes apresentassem suas apelações. Recebidas as três apelações, em duplo grau, fora determinada a suspensão dos autos, bem como a remessa deste ao TJ. Os autos encontram-se suspensos desde o dia 25/06/2013.	R\$. 17.737.000,00 (principal + juros + multas)	Josapar e Real Empreendi mentos	WMS Supermerca dos do Brasil S.A	Josapar e Real Empreendi mentos	R\$. 17.737.000,00 (principal + juros + multas)	Execução fiscal ajuizada em face das Certidões de Dívida Ativa nºs 0020700308789, 0020700308860 e 0060701089427. Em 07/01/2010, a União Federal peticionou informando que a executada aderiu a 1ª fase do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, que se encontra pendente de negociação e consolidação, em face disso pediu a suspensão da execução. Em 06/05/2010, a União peticionou requerendo a penhora no rosto dos autos da Execução de sentença nº 93.00.04106-1, onde a executada possui crédito a receber da União, através de precatório. Em 17/05/2010, foi proferida decisão indeferindo o pedido da União Federal. Em 05/04/2011, a executada se manifestou requerendo a suspensão da presente Execução Fiscal tendo em vista que serão extintos os débitos que constituem a CDA executada pela conversão de saldo remanescente dos depósitos judiciais realizados no Mandado de Segurança nº 2000.71.10.002359-2. Em 27/04/2011, a União requereu a suspensão de 120 dias da Execução Fiscal tendo em vista que o parcelamento celebrado pela executada continua ativo. Foi proferido despacho determinando a suspensão da presente execução, cujo sobrestamento permanece até o presente momento.	Garantia Real	Nota explicativa no. 19 das DF's
2009.71.00.02 0803-2	16ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	20/07/2009	União Federal	Josapar	R\$ 703.513,53	Execução fiscal ajuizada em face das Certidões de Dívida Ativa nºs 0020700308789, 0020700308860 e 0060701089427. Em 07/01/2010, a União Federal peticionou informando que a executada aderiu a 1ª fase do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, que se encontra pendente de negociação e consolidação, em face disso pediu a suspensão da execução. Em 06/05/2010, a União peticionou requerendo a penhora no rosto dos autos da Execução de sentença nº 93.00.04106-1, onde a executada possui crédito a receber da União, através de precatório. Em 17/05/2010, foi proferida decisão indeferindo o pedido da União Federal. Em 05/04/2011, a executada se manifestou requerendo a suspensão da presente Execução Fiscal tendo em vista que serão extintos os débitos que constituem a CDA executada pela conversão de saldo remanescente dos depósitos judiciais realizados no Mandado de Segurança nº 2000.71.10.002359-2. Em 27/04/2011, a União requereu a suspensão de 120 dias da Execução Fiscal tendo em vista que o parcelamento celebrado pela executada continua ativo. Foi proferido despacho determinando a suspensão da presente execução, cujo sobrestamento permanece até o presente momento.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's						
054/1.14.0002 246-8	1ª Vara Cível de Itaquí	1ª Instância	01/10/2014	Município de Itaquí	Josapar	R\$ 537.241,89	Execução Fiscal ajuizada em face da notificação de lançamento de ISSQN nº 342/2014. Em 31/10/2014, a Executada nomeou bens à penhora e requereu a abertura de prazo para apresentar Embargos à Execução. Atualmente, os autos estão aguardando apreciação do Juiz, tendo em vista sua decisão de suspensão do mesmo.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's						
054/1.14.0001 872-0	1ª Vara Cível de Itaquí	1ª Instância	06/10/2014	06/10/2014	Município de Itaquí	O valor já foi informado nos autos da execução fiscal acima, de modo que não poderá ser duplicado, por se tratar do mesmo débito.	Ação Anulatória, com pedido liminar, objetivando a desconstituição do débito tributário referente a notificação de lançamento de ISSQN nº 342/2014. Em 13/10/2014, a liminar foi indeferida. A Autora interpôs Agravo de Instrumento, o qual deferiu a antecipação de tutela requerida em 21/11/2014, aguardando, atualmente, julgamento final. Em 17/12/2014, foi juntada contestação do Réu. Atualmente, aguarda intimação da Autora para réplica, bem como decisão final no Agravo de Instrumento.	Sem garantia	Nota explicativa no. 19 das DF's						

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2014;

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11080.900924/2011-42	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	24/03/2011	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 132.681,21 (principal+multa+juros)	Trata-se de direito creditório de IRPJ cuja natureza é de "Pagamento Indevido ou a Maior que o Devido" em DARF, todavia, pleiteado como Saldo Negativo de IRPJ em com suposta origem de antecipações de imposto via IRRF sobre aplicações financeiras, pela legislação exigidas deduzir do imposto devido apurado em DIPJ/2009. Desde 10.02.2011 processo no SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. Em 24.03.2011, protocolo de Manifestação de Inconformidade. Em 26.07.2011, processo encaminhado para o órgão SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS. No dia 05.06.2013, processo encaminhado para o órgão SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. Desde 09.07.2013, intimação relativa ao Acórdão n. 10-44.166 - 5ª Turma da DRJ/POA, de 27.05.2013, julgando improcedente a Manifestação de Inconformidade, não reconhecendo o direito de crédito compensado. Protocolo na DRFB/POA de recurso voluntário ao CARF. Processo não sugerido para inclusão na reabertura do REFS IV. No CARF, desde 10.12.2013, andamento RECEBER PROCESSO TRIAGEM E COMPLEMENTAÇÃO CADASTRAL, no GEPAF/SECOJ/SECEX/CARF/MF, EM TRAMITAÇÃO para a 1ª Seção/CARF, DISTRIBUIR/SORTEAR.	Provável	Sem Garantia	Nota Explicativa no. 16 das DF's
11080.900925/2011-97	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	24/03/2011	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 336.005,84 (principal+multa+juros)	Trata-se de direito creditório de IRPJ 2008 cuja natureza é de "Pagamento Indevido ou a Maior que o Devido" em DARF, todavia, pleiteado para restituir/compensar como Saldo Negativo de IRPJ com suposta origem de antecipações de imposto via IRRF sobre aplicações financeiras, pela legislação exigidas deduzir do imposto devido apurado em DIPJ/2009. Desde 10.02.2011 processo no SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. Em 24.03.2011 protocolo de Manifestação de Inconformidade. Em 26.07.2011, processo encaminhado para o órgão SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS. No dia 05.06.2013, processo encaminhado para o órgão SERV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA-DRFPOA-RS. Desde 09.07.2013, intimação relativa ao Acórdão n. 10-44.167 - 5ª Turma da DRJ/POA, de 27.05.2013, julgando improcedente a Manifestação de Inconformidade, não reconhecendo o direito de crédito compensado. Protocolo na DRFB/POA de recurso voluntário ao CARF. Processo não sugerido para inclusão na reabertura do REFS IV. No CARF, no GEPAF/SECOJ/SECEX/CARF/MF para RECEBER PROCESSO TRIAGEM E COMPLEMENTAÇÃO CADASTRAL, andamento DISTRIBUIR/SORTEAR na 1ª Seção/CARF.	Provável	Sem Garantia	Nota Explicativa no. 16 das DF's
11080.730424/2011-37	Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre	1ª Instância	28/11/2011	Receita Federal	Real Empreendimentos	R\$ 467.582,93 (principal+multa+juros)	IRPJ - Glosa de prejuízos fiscais acumulados mediante alterações do lucro real e saldo de prejuízos fiscais no SAPLI, a partir de 1995, motivando lançamento de IRPJ dos períodos-base de 2006 e 2007. Protocolo da impugnação. Desde 30.11.2011, processo encaminhado para o órgão SERV CONTROLE DE JULGAMENTO-DRJ-POA-RS. Desde 27/04/2013, processo encaminhado para DEL FED JULGAMENTO-RIBEIRAO PRETO-SP. Processo avaliado com perspectiva de perda remota, relativamente a IRPJ lançado nos períodos-base 2006 e 2007, defendendo-se a (i) decadência do fato gerador de IRPJ de 30.09.2006; (ii) extinção do crédito tributário de IRPJ lançado como reflexo do PAF 11080.003954/00-11 com decisão judicial transitada em julgado no processo 2006.71.00.026207-4; (iii) a sustação de efeitos jurídicos prospectivos sob condição de decisões administrativas e judiciais objeto do PAF 11080.000498/2002-54.	Remota	Sem Garantia	Nota Explicativa no. 16 das DF's

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas do emissor da Companhia e de suas Controladas

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte, cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas do emissor da Companhia e de suas Controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos no caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte

Todo e qualquer processo que se enquadre no item acima, somados aos processos relacionados no item 4.3, tem seu impacto contemplado na nota explicativa número 19 – Provisão para Contingências e questionamentos legais.

a) A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como perda provável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos de natureza tributária, no montante de aproximadamente R\$70.517, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, foi considerada como de perda possível, mas não provável, e para os quais, a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais.

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para contingências	44.581	37.560	46.007	39.335
(-) Depósitos judiciais	(2.498)	(2.373)	(3.924)	(4.148)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>42.083</u>	<u>35.187</u>	<u>42.083</u>	<u>35.187</u>

b) A Companhia postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2014, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$32.455– controladora e consolidado (31 de dezembro de 2013: R\$31.354 – controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

c) A Companhia e a controlada, Real Empreendimentos S.A., esta na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida por Sonae Distribuição do Brasil (sucieda por WMS Supermercados do Brasil LTDA) que em 28 de julho de 2010 foi julgada, em primeiro grau, parcialmente procedente, com condenação ao pagamento de R\$38.981. A Companhia protocolou apelação, julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando provimento parcial às suas pretensões, reduzindo o valor inicial de condenação para R\$17.737, e reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. mais IGP-M, contados do ajuizamento da ação (março 2004). Ambas as partes interpuseram embargos de declaração.

A estimativa dos consultores legais da companhia é que a improcedência é uma hipótese provável e a redução do valor da condenação uma hipótese possível. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a Companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela Real Empreendimentos S.A.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para seu negócio

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia e suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

4.7 - Outras contingências relevantes**4.7 Outras Contingências Relevantes****OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Tributos s/ deprec. Incentivada	389	546	1.239	1.407
IRPJ e CSLL diferidos(*)	3.266	2.533	3.266	2.533
REFIS(**)	7.142	12.113	7.142	12.141
	<u>10.797</u>	<u>15.192</u>	<u>11.647</u>	<u>16.081</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIALa) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Contribuição social diferida	-	92	-	181
Imposto de renda diferido	-	254	-	500
	<u>-</u>	<u>346</u>	<u>-</u>	<u>681</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Contribuição social diferida	865	671	865	671
Imposto de renda diferido	2.401	1.862	2.401	1.862
	<u>3.266</u>	<u>2.533</u>	<u>3.266</u>	<u>2.533</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Corrente				
Contribuição social	(2.571)	(4.620)	(3.744)	(6.274)
Imposto de renda	(7.130)	(12.660)	(10.343)	(17.171)
	<u>(9.701)</u>	<u>(17.280)</u>	<u>(14.087)</u>	<u>(23.445)</u>
Diferido				
Contribuição social	(194)	(384)	(194)	(380)
Imposto de renda	(539)	(1.068)	(539)	(1.058)
	<u>(733)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(733)</u>	<u>(1.438)</u>
	<u>(10.434)</u>	<u>(18.732)</u>	<u>(14.820)</u>	<u>(24.883)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

4.7 - Outras contingências relevantes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	30.964	37.932	40.942	49.092
Eliminações/ajustes efeito controlada	-	-	7.469	7.033
	<u>30.964</u>	<u>37.932</u>	<u>48.411</u>	<u>56.125</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(10.528)	(12.897)	(16.460)	(19.083)
Exclusões (adições) permanentes	2.429	128	2.429	104
Exclusões (adições) temporárias	(2.331)	(5.928)	(2.331)	(5.928)
Efeito tributação em controlada	-	-	1.546	-
Outros	(4)	(35)	(4)	24
	<u>(10.434)</u>	<u>(18.732)</u>	<u>(14.820)</u>	<u>(24.883)</u>

A Companhia reconheceu em exercícios anteriores, créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre saldos de variação cambial diferido, conforme a Deliberação CVM n°. 371/02, os quais são realizados de acordo com os vencimentos dos contratos em moeda estrangeira.

TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PIS e COFINS	4.053	5.254	4.053	5.254
Imposto de renda retido na fonte	1.234	1.600	1.234	1.600
Imposto de renda e contribuição social	6.394	7.002	6.448	7.071
	<u>11.681</u>	<u>13.856</u>	<u>11.735</u>	<u>13.925</u>

Em 2009 a companhia aderiu ao programa REFIS IV, instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontrava-se em discussão até aquela data.

Com a reabertura do REFIS IV instituída pela Lei 12.865/2013 e posteriormente pela Lei 12.973/2014 que alterou os prazos de adesão à Lei 11.941/2009, a Companhia incluiu o valor de R\$3.474-(2013) e R\$ 1.434-(2014), respectivamente, decorrente de débitos de Imposto de renda e Contribuição Social, pendentes até 30 de novembro de 2008, os quais a companhia vinha discutindo na esfera administrativa/judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$11.681 controladora -(R\$11.735 consolidado), em 2013 -R\$13.856 controladora -(R\$13.925 consolidado).

Nestas demonstrações o REFIS, esta sendo apresentado na rubrica "obrigações sociais e tributárias", no circulante R\$4.539 controladora - (R\$4.593 consolidado), em 2013-R\$ 1.743 controladora -(consolidado R\$1.784) e no não circulante R\$7.142 (controladora e consolidado), e em 2013 -R\$12.113 controladora -(R\$12.141 consolidado).

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados

Não se aplica à Companhia. Justificativa: empresa privada nacional sem valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
- Acontecimentos e percepção de riscos em outros países, sobretudo na China, Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 94% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e *spread's* bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2014, MR\$ 657.948 (consolidado).

Os empréstimos contratados pela Controladora diretamente em moeda estrangeira são equivalentes a US\$ 2,049 milhões e são representados por financiamentos de importação.

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e Lei 4.131/62. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de *SWAP* para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a MR\$ 142.567 em 31/12/2014.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais *spread* bancário. Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Linha	Contratação	Valor	Custo		Indexador	31.12.2014	Vencimento	
1	2770	25.04.2014	R\$1.360	1,85%	Passivo	CDI	R\$ 1.621	20.04.2015
	Swap	25.04.2014	USD 670	1,30%	Ativo	US\$		
2	4131	09.05.2013	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.437	30.04.2015
	Swap	09.05.2013	USD 9.942	1,60%	Ativo	US\$		
3	3844	20.06.2013	R\$40.000	2,10%	Passivo	CDI	R\$24.176	01.06.2016
	Swap	20.06.2013	USD 18.332	2,85%	Ativo	US\$		
4	4131	16.09.2013	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.768	08.09.2015
	Swap	16.09.2013	USD 8.780	3,23%	Ativo	US\$		

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5	4131	15.08.2014	R\$28.313	1,75%	Passivo	CDI	R\$29.755	04.08.2016
	Swap	15.08.2014	USD 12.500	2,28%	Ativo	US\$		
6	4131	08.10.2014	R\$25.000	1,68%	Passivo	CDI	R\$ 25.726	07.10.2016
	Swap	08.10.2014	USD 10.400	3,30%	Ativo	US\$		
7	4131	18.12.2014	R\$20.000	1,95%	Passivo	CDI	R\$20.084	19.12.2016
	Swap	18.12.2014	USD 7.669	2,52%	Ativo	US\$		
							R\$142.567	

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2014 em R\$ mil:

Risco: alto do CDI CDI Dez/2014: 11,75% a.a
 Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção	> 25%	> 50%
					11,75%	14,69%	17,63%
					CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31.12.2014	R\$142.567	diversos	CDI	diversos	R\$171.057	R\$177.327	R\$183.696
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$6.270	R\$12.639

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria- prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total MR\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2015
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2015
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2015

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2015
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000	Agosto 2015
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2015

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A empresa entende que a conjuntura econômica se encontra em um cenário de pressão inflacionária, e que as políticas populistas do governo federal somada à corrupção desmedida começaram a apresentar sua conta. A instabilidade econômica e política trouxe como previsto a queda do PIB. O quadro para o curto prazo apresenta-se ainda mais desanimador. No intuito de frear a inflação, o governo demonstra realizar sucessivos aumentos na taxa Selic, agravando a perspectiva de recessão.

A trajetória de elevação da taxa básica de juros – que passou de 10,50% do início de 2014 para 11,75%, suba de 12% no ano – traz consigo além da redução da atividade econômica, a queda do nível de emprego e de renda do país, o que impacta negativamente o volume de venda de nossos produtos. A inflação, pressiona os custos e despesas da companhia.

Contudo, as políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela organização sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida, visando reavaliar processos, bem como identificar e aproveitar oportunidades típicas de um cenário ora adverso.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende ter apresentado todas as informações relevantes que possam influenciar a tomada de decisão de investimento ou o entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	13/11/1973
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/03/1988

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

Fundada em 1973 (antiga Suprarroz S/A Indústria e Comércio) com capacidade instalada de processamento de 20.000 toneladas de arroz em casca ao ano, a Josapar se tornou, em virtude de qualidade de seus produtos e dos constantes investimentos, uma grande companhia de alimentos, uma das maiores processadoras de arroz e feijão do país, com capacidade instalada para processar em torno de 770.000 toneladas anuais de matéria prima de arroz em suas 6 unidades operacionais.

Visando o aproveitamento integral do grão de arroz, inaugurou em 1980 a unidade de arroz parboilizado e em 1984, a unidade de produção de farinha, a partir dos grãos quebrados no processo de beneficiamento.

Em 1987 a Companhia expandiu a capacidade das unidades existentes, localizadas em Pelotas e em 1989, inaugurou sua nova unidade de Itaqui, atendendo a crescente demanda por seu produtos.

No início dos anos 90, com o alargamento da fonte de suprimentos, a empresa construiu duas Unidades de Reprocessamento (chamadas URP), com o objetivo de ajustar as fontes de suprimentos ao padrão adequado de qualidade de seus produtos, acrescentando 81.000 toneladas anuais em sua capacidade de produção.

Em março de 1992, a capacidade de Itaqui foi ampliada em 240.000 toneladas anuais, objetivando a participação da crescente expansão da produção de arroz na Argentina e da criação do Mercosul.

Com as unidades de Pelotas e Itaqui, a Josapar participa dos mercados em mais de 80% das regiões produtoras de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1998 a Companhia iniciou projeto de ampliação, modernização e implantação de novos complexos industriais em Pelotas e Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, projetos integralmente conclusos ao final do ano 2000.

Neste mesmo ano entrou em operação a Unidade de Pernambuco, com capacidade para beneficiar 80 mil toneladas anuais de arroz com casca.

Entre 2005 e 2010, realizou investimentos de ampliação e atualização tecnológica na ordem de mais de R\$ 100 milhões, passando a ter capacidade de armazenamento estático de matéria-prima de 250.000 toneladas, representando mais de 5 milhões de sacos de arroz, e dando seqüência a premissa estratégica de possuir estruturas adequadas para oferecer o melhor arroz do Brasil a seus consumidores, através de 9 filiais comerciais (PR, SP, RJ, DF, MG, BA, CE, MA, PA) e mais de 80.000 pontos de venda em todo o território brasileiro.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não houve.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos

Não se aplica à Companhia. Justificativa: Não houve.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende não haver qualquer informação adicional relevante a apresentar com relação a esse tópico, que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do mundo e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detentora da marca líder do segmento de arroz branco Premium do país – Tio João, há 30 anos líder de vendas e há 15 anos a marca mais lembrada em pesquisas de *Top Of Mind*.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar diversas marcas relacionadas na linha de arroz branco, arroz parboilizado e integral, farelo, farinha de arroz, linhas de facilitadores e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil Tio João, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, além de feijão em todas as suas variedades com a marca Biju. Desde a década de 80 possui uma unidade de fertilizantes, com a marca Organo NPK, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com a marca Suprasoy.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais – vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita da Companhia

Distribuição da receita por segmento	2014	2013	2012
Arroz Branco	51%	49%	49%
Arroz Parboilizado	15%	15%	14%
Produtos Semi Prontos (arroz e divisão soja)	12%	12%	13%
Adubo	12%	12%	13%
Feijão	4%	5%	6%
Imóveis	3%	5%	3%
Demais Produtos	3%	2%	2%
Total	100%	100%	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Características dos produtos e serviços da Companhia (Controladora)

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 95% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim do mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes de mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. E nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, secagem, classificação e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. A compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos 6 anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz.

A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, os adequando ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

Processos de produção:

Beneficiamento de arroz branco: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em descascamento, polimento, separação, eletrificação, brilhamento e empacotamento;

Beneficiamento de arroz parboilizado: a parboilização é um processo de tratamento térmico dado ao grão do arroz em casca antes do beneficiamento e envolve seis estágios principais:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

limpeza, encharcamento, autoclavagem, secagem, beneficiamento e empacotamento. O processo resulta numa menor perda dos elementos nutritivos do arroz;

Beneficiamento de feijão: o processo produtivo consiste, em resumo, no recebimento e pré-limpeza do cereal, seguindo-se a secagem e o armazenamento, para posterior beneficiamento. O processo de beneficiamento em si, consiste em: polimento, separação, eletrônica, brilhamento e empacotamento.

Processos de Industrialização:

Farinha de Arroz: a matéria-prima básica deste produto é o arroz quebrado, sendo que o processo retira deste arroz a totalidade das impurezas, por sistema físico e eletrônico, inclusive as impurezas leves. Seguem-se a moagem do grão, classificação granulométrica e o tratamento térmico necessário de inativação. A farinha de arroz pode ser utilizada para fins alimentares, (em molhos, sopas, recheios de tortas, papas infantis, etc.), como substituto da farinha de trigo convencional e, também, na atividade industrial, na siderurgia e outras.

Arroz parboilizado *Boil-in-bag*: produzido a partir da seleção diferenciada da matéria prima do arroz parboilizado, seu processo constitui, especialmente, além da parboilização própria para esta linha, do acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr.

Cozinha Fácil Tio João: componente da linha facilitadores de cozinha, seu processo de produção consiste na mistura do arroz parboilizado com temperos, condimentos e outros cereais desidratados e o acondicionamento em pequenos saquinhos plásticos de 125 gr., para cozimento em imersão n'água fervente, que, por sua vez, integram em número de quatro saquinhos, a menor embalagem comercial do produto de 500 gr. É produzido em cinco variedades, à grega, com *funghi*, com *curry*, com ervas finas, e com brócolis.

Linha soja:

Alimentos em pó Supra-Soy: linha de bebidas a base da proteína isolada da soja, resultado de parceria com a The Solae Company, consiste na mistura das diferentes receitas e embalagem do pó (leite em pó) em latas e saches.

Cozinha e Sabor Tio João: seu processo produtivo consiste na mistura de tipos especiais de arroz com temperos e condimentos e componentes de cozinhas típicas como o charque para o arroz de carreiro, a galinha para o arroz com galinha, e queijos para os risotos.

Variedades Mundiais Tio João: o processo produtivo é o mesmo do arroz branco, utilizando quatro tipos diferentes de arroz como matéria prima, o arroz arbório, o sasanishiki, o jasmini e o selvagem. Em embalagens práticas e sofisticadas, destina-se a segmentos de mercado de alta gastronomia.

Arroz Tio João Integral: no processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz Tio João Integral Orgânico: é produzido sem agrotóxicos ou produtos químicos. No processamento apenas a casca externa é retirada, mantendo assim as qualidades nutricionais e o alto teor de fibras e proteínas do grão.

Arroz tio João + Vita: o Arroz Tio João + Vita é um produto *premium*, sem similar no mercado. Ele é um produto enriquecido com vitaminas A, B1, PP, B9, Ferro e Zinco, e fonte de vitamina B12.

Tio João 7 Cereais e Tio João 7 Cereais + Soja: é a mistura de arroz integral, aveia integral, cevada integral, trigo, centeio, triticale, arroz selvagem e no segunda produto, mais nutrientes da soja.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Adubo Químico: a empresa promove a aquisição dos componentes tradicionais de adubos (fosfato e derivados, nitrato de amônio e cloreto de potássio), e desenvolve as misturas necessárias para cada formulação específica.

Adubo Organo-Mineral: o produto é constituído de 50% de matéria-prima orgânica, (turfa e linhito) e, 50% de matéria-prima mineral, componentes dos adubos químicos. Seu processo físico e químico resulta em fertilizantes na forma de grânulos, com firme consistência e tamanho uniforme.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda.

A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado

A organização é líder de mercado no segmento de arroz branco no país com a marca Tio João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados

A Companhia está inserida em mercado extremamente pulverizado em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos.

O mercado competitivo é sensível a variação de preços da matéria prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços

Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma *commodity*, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no último exercício social, informando:

- a) Montante total de receitas provenientes do cliente
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há nos últimos 3 exercícios sociais cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há qualquer regulação estatal vinculada as atividades da Companhia.

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a receita de vendas externas da Companhia é inferior a 10%.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6. informar em que medida a Companhia está sujeita a regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta nos negócios

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a receita de vendas externas da Companhia é inferior a 10%.

7.8. Descrever as relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste formulário

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há qualquer relação relevante de longo prazo que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

Relate ou explique – Relatórios de Sustentabilidade: A Companhia informa que não emite tais relatórios por deter todas as licenças sócio ambientais atualizadas exigidas para a sua atividade.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito nesse item todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia

a) Controladores diretos e indiretos

Peroli S/A Participações, controle direto, pessoa jurídica detentora de 6.161.976 ações ordinárias da Companhia, o que representa 58,96% do total das ações com direito a voto, e 58,23% da totalidade das ações da organização.

b) Controladas e coligadas

Conforme já informado, a Companhia possui uma controlada chamada Real Empreendimentos, que atua na área de comércio e administração de imóveis, com participação de 54,75%, e uma offshore, denominada Josapar International, criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros e sem operação desde 1999.

c) Participações da Companhia em sociedades do Grupo

Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 8.1 b.

d) Participações de sociedades do Grupo na Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 15.

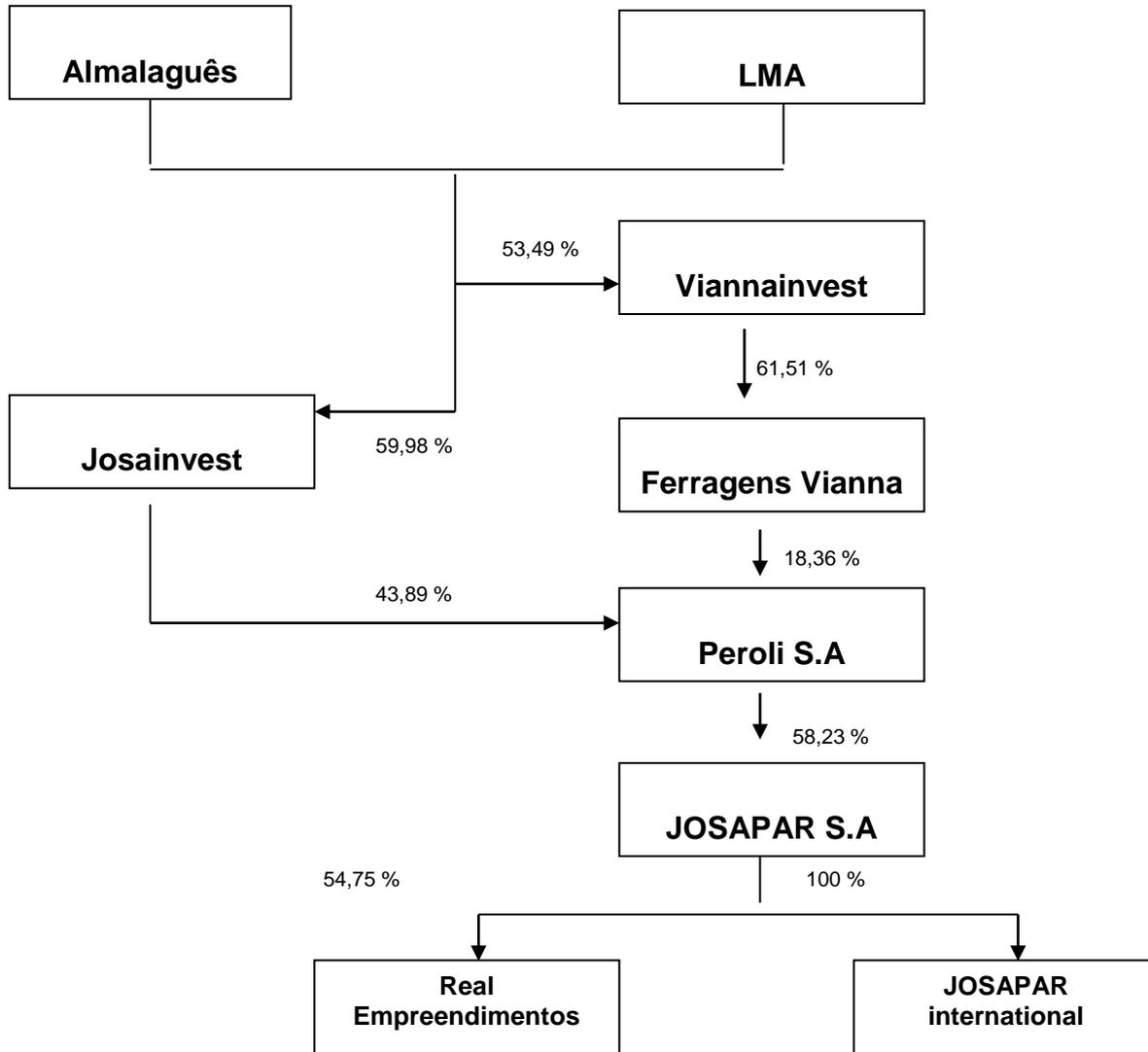
e) Sociedades sob controle comum

Não aplicável à Companhia. Justificativa: respondida no item 15.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Respondido pelo item 6.5

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito nesse item todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia no último exercício social

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização

Quadro dos ativos mais relevantes

Ativos relevantes – Controladora
Unidade Fabril Vila Princesa – Pelotas – RS
Unidade Fabril Itaquí – Itaquí – RS
Unidade Química – Pelotas – RS
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar – RS
Unidade de Suape – Cabo de Santo Agostinho – PE
Unidade Centro – Pelotas – RS
Unidade Exportação – Pelotas – RS
Unidade URP - Pelotas – RS

Ativos relevantes – Controlada
Monet Plaza Shopping – Santa Maria – RS
Participação no Shopping Pelotas – Pelotas - RS
Participação no Shopping João Pessoa – Porto Alegre – RS
Loja Jose de Alencar – Porto Alegre – RS
Loja Teresópolis – Porto Alegre – RS
Loja BIG Rio Grande – RS
Loja Big Novo Hamburgo – RS
Zona Sul Strip Center – Porto Alegre – RS
24 de Outubro – Porto Alegre – RS

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Fabril Vila Princesa – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Fabril Itaqui – Itaqui – RS	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Unidade Química – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar – RS	Brasil	RS	Santa Vitória do Palmar	Própria
Unidade Centro – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Exportação – Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade URP - Pelotas – RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Suape	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BELEZA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO MINGOTE	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	MEU BIJU	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NUMERO 1 ORGANO NPK	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	IMPACTO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRAFERTIL	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	EXTRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BATACLAN	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	PUPPY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPREMO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NO PONTO SUPRARROZ	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CREMOSITO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CAIAQUE	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMITEC	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	PIACH	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMARELITO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	AMARELINHO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA VIVA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PEDRINHO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CLÁSSICA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	MAESTRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	NIKKOH	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	BIJU PRONTISSIMO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	KOSHIHIKARI	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SASANISHIKI	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	JOSAPAR SUPRA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUPRA SOY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SOY PLUS	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	SUBSTRATO AGRÍCOLA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	ARROZ NO PONTO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	CONFIGURACAO APLIC ESPOSITOR / ALIMENTOS	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	COZINHA & SABOR TIO JOAO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	SUBSTANCIA HUMICA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FORTYCAT	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FORTYDOG	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	FRENZY	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SUPRA MILK	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOAO ORGANICO	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOAO VITA	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	VARIEDADES MUNDIAIS TIO JOÃO ARROZ SELVAGEM	BRASIL	INDETERMINADA	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	TIO JOAO PARBOILIZADO	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	TIO JOAO INTEGRAL	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	TIO JOAO 7 GRAOS	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	MEU BIJU 8 GRAOS	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	MEU BIJUZINHO - PREPARADOS PARA MINGAU	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	FEIJÕES MEU BIJU	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	BOLOS SUPRASOY	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	SOY+	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	ADUBO ORGANOMINERAL NPK N1 PLUS	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.
Marcas	AZEITE NOVA OLIVA	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FERTILIZANTES BIOFÉRTIL	BRASIL	INDETERMINADO	NÃO HÁ.	NÃO HÁ.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Josapar International	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman		George Town	Operação offshore criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros – tendo preparado e formalizado um Programa de Euro Commercial Paper em 1997, onde a garantidora era Josapar. Programa totalmente liquidado em 1999, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde àquele ano.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	163.000,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem específica na operação de captação de recursos no mercado internacional, já detalhada em itens anteriores.								
Real Empreendimentos S/A	92.213.552/0001-04	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem origem na organização patrimonial dos imóveis da Família Oliveira, atua na área de comércio e administração de imóveis e na exploração de shopping centers. Possui um shopping Center em Pelotas-RS, denominado Shopping Pelotas, um shopping em Santa Maria – RS, denominado Monet Plaza Shopping, e desde a alienação da operação de supermercados por parte do Grupo Josapar ao o Grupo Português Sonae em 1997, passou a deter um contrato de locação de 13 das principais operações para o grupo varejista, contrato este hoje vigente com o sucessor do Sonae, WMS Supermercados Sul Ltda (WalMart). Nos últimos anos detém participação em mais dois empreendimentos de shopping center: no Shopping Pelotas (Pelotas-RS) e no Shopping João Pessoa (Porto Alegre -RS).	54,750000
				Valor mercado				
31/12/2014	32,000000	0,000000	2.190.000,00	Valor contábil	31/12/2014	189.173.000,00		
31/12/2013	3,100000	0,000000	2.190.000,00					
31/12/2012	2,680000	0,000000	2.190.000,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Origem na organização dos imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Companhia, e em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.

9.2. Outras informações relevantes sobre os ativos relevantes

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende ter descrito todas as informações relevantes sobre esse item que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O cenário macroeconômico de 2014 pontuou como destaques a consistente e orgânica recuperação da economia americana (2,4%) e a queda no ritmo de crescimento da atividade econômica da China com 7,4% - a menor dos últimos 24 anos. Quanto aos demais emergentes, a Índia apresentou um crescimento de 7,2% e a Rússia deve apresentar crescimento nulo ou pequena recessão fruto dos efeitos geopolíticos recentes. A Zona do Euro cresceu 0,9%, enquanto a União Europeia 1,3%.

O Brasil postergou a data de divulgação do PIB de 2014 e o IBGE alterou a metodologia de cálculo, o que poderá trazer um PIB próximo à zero, contra a expectativa de recessão entre 0-1% de grande parte do mercado.

A economia doméstica se apresentou de um modo previsível. O governo usando medidas inadequadas e ineficazes na tentativa de estimular o crescimento econômico e o mercado precificando a instabilidade política do ano eleitoral, o que trouxe a eleição presidencial mais acirrada e polarizada da democracia brasileira.

Esses fatores, somados a melhora da economia americana e a queda do rating brasileiro concedido pelas agências de classificação risco, contribuíram para que a taxa de câmbio média tenha subido 9% no ano, de R\$ 2,3547 em 2014 contra R\$ 2,1605 em 2013, enquanto o câmbio de final de período variou 13%, de R\$ 2,3426 em dezembro de 2013 para R\$ 2,6562 em dezembro de 2014. O mesmo impacto negativo se deu sobre a taxa média de juros do país, que subiu mais de 28% comparando a média praticada em 2013 (8,6%aa) contra a de 2014 (11,03%aa).

A inflação se mostrou consistente e persistente, totalmente fora de controle da equipe econômica do governo, que reteve o nível dos preços administrados de forma notadamente eleitoreira. Não houve quaisquer evoluções em temas cruciais como reforma tributária, política e desenvolvimento de infraestrutura no país.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2014 apresentou uma produção de 12,1 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 8,1 milhões de toneladas. A produção de arroz no Brasil foi 1,7% maior em comparação ao ano anterior. A produtividade média no Brasil foi de 5.108 Kg/ha, pouco superior do que a da safra anterior, que havia sido de 4.926 kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2014 foi de R\$ 35,48 contra R\$ 33,13 no exercício de 2013. Diante do nível de preços praticados, de pressões inflacionárias e dos impactos negativos na renda da população a JOSAPAR vem mantendo seu volume de vendas, com destaque neste exercício para as exportações, o segmento de insumos agrícolas e a linha de Azeites. A performance das vendas é fruto da eficiência e proatividade da Companhia somado aos investimentos em gestão de processos e equipamentos.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2014 e 2013:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2014 (R\$ Mil)	2013 (R\$ Mil)	Variação R\$ Mil e %
Vendas Brutas	1.160.168	1.120.001	40.167
Vendas Líquidas	1.028.233	987.306	40.927
Lucro Bruto	316.176	296.843	19.333
% LB s/VL	30,8%	30,1%	0,7%
Ebitda	88.305	80.859	7.446
% Ebitda s/VL	8,6%	8,2%	0,4%
Lucro Líquido	20.530	19.200	1.330
% LL s/VL	2,0%	1,9%	0,1%
Dividendos	5.851	5.472	379

A margem bruta da Companhia foi de 30,8% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 316 milhões), R\$ 19,3 milhões superior ao exercício de 2013. O cenário do crescimento da inflação sobre os custos no Brasil, a concentração do varejo, o aumento de competitividade do setor e a menor amplitude do nível de preços da principal matéria prima da Companhia foram os fatores de maior influência na margem da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 414,6 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 33,3 milhões.

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 90,2 milhões, contra R\$ 92,6 milhões no final do exercício anterior.

Os ganhos de escala, diluição das despesas, e o melhor desempenho da controlada Real Empreendimentos, colaboraram para um resultado operacional que atenuou o crescimento das despesas financeiras, impactadas diretamente pelo crescimento da taxa Selic no período. Tais fatores resultaram no crescimento do lucro líquido do exercício, de R\$ 20,6 milhões (R\$ 1,940 mil pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 19,2 milhões (R\$ 1,814 mil pelo lote de 1.000 ações).

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2014

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	7.655	7.582	7.655	7.582
Crédito Rural-EGF	41.072	40.631	41.072	40.631
Capital de giro	245.140	264.503	245.225	264.578
Arrendamento mercantil	7	83	30	217
Total	293.874	312.799	293.982	313.008
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	297	4.784	297	4.784
Capital de Giro-FINIMP	5.442	19.103	5.442	19.103
Total	5.739	23.887	5.739	23.887
TOTAL CIRCULANTE	299.613	336.686	299.721	336.895
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	21.279	26.841	21.279	26.841
Capital de giro	335.410	243.218	335.465	243.359
Arrendamento mercantil	-	8	-	31
Total	356.689	270.067	356.744	270.231
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	1.483	-	1.483	-
Total	1.483	-	1.483	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

TOTAL NÃO CIRCULANTE	358.172	270.067	358.227	270.231
Vencimentos de longo prazo	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
2015	-	182.097	-	182.206
2016	242.565	48.622	242.620	48.677
2017	76.044	24.166	76.044	24.166
2018	24.149	9.115	24.149	9.115
2019	9.491	1.874	9.491	1.874
2020	2.111	1.704	2.111	1.704
2021	2.047	1.640	2.047	1.640
2022	1.021	614	1.021	614
2023	736	235	736	235
2024	8	-	8	-
Total	358.172	270.067	358.227	270.231

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,65% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,15% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,41% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	1,84% a.a
Crédito Rural-EGF - recursos obrigatórios	Pré-fixado	6,50% a.a
Capital de Giro	CDI	1,68% a.a

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a. Os financiamentos de capital de giro, são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 6,5%a.a. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770, 3.844 e Lei 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$2.049 aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2014 com 2013 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, Clientes e Estoques, aplicações estas devidamente financiadas por capital próprio e pela captação de recursos de Longo Prazo, seguindo a gestão estratégica do capital de giro da Companhia. Essas alterações vêm de encontro ao processo contínuo de reforço de qualidade dos produtos da empresa.

Neste exercício, a companhia registrou um efeito no valor de R\$41.457 na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexa (Patrimônio Líquido), por reversão de provisão para IRPJ e CSLL diferidos na controlada Real Empreendimentos S/A, resultante da alteração na sua forma de tributação para lucro presumido.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2014
Arroz Branco	51%
Arroz Parboilizado	12%
Produtos valor agregado	15%
Feijão	3%
Adubo	12%
Imóveis	3%
Demais Produtos	4%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria prima do arroz.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

O aumento do faturamento bruto (R\$ 1,160 bilhão em 2014 contra R\$ 1,120 milhões em 2013) é atribuído a composição de vendas físicas e nível de preços da matéria prima.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços), e diante do cenário atual que apresenta pressões inflacionárias contínuas o objetivo dos gestores está em proteger ao máximo a margem da Companhia perante esse efeito.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**10.4 Os diretores devem comentar:****(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis**

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As razões que levaram a Diretoria a adotar as medidas políticas contábeis e estimativas relacionadas pontualmente abaixo são buscar a total transparência e o melhor entendimento das demonstrações financeiras da empresa, além de seguir as melhores práticas contábeis e estar em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

- Apuração do resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

- Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

- Ativos e passivos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo

10.5 - Políticas contábeis críticas

de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 52 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

- Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

Imobilizado, intangível e diferido:

- Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

- A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

- O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

- A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

- Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

- Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

- A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Leasing e arrendamentos mercantil: A Companhia possui contratos de arrendamento classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

- Investimentos: Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

- As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

- Demais passivos circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

- Imposto de Renda e contribuição social: Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

- Utilização de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Provisões para contingências: A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.
- Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:
 - A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
 - Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
 - As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- Moeda: Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:****(a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

(b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possa prejudicar a análise das demonstrações contábeis.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia, pois não ocorreu tal evento.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Conforme declarado no item anterior, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.10 - Plano de negócios

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 17,3 milhões e foram realizados com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento, melhoria na gestão de processos e lançamento de novos produtos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 851 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item (ii).

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica a companhia, pois todos os fatores de influência relevante sobre o desempenho operacional foram abordados nesta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. Projeções

Não aplicável à Companhia. Justificativa: a organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de administração

Cabe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;
- b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;
- d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;
- e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;
- f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para feito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembléia geral e convocá-la;
- j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública "Commercial Papers";
- k) Apresentar à assembléia geral plano para outorga de opção de compra de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;
- l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembléia geral;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destitui-lo;
- o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

- a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
- b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico-financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;
- c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;
- d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;
- e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;
- f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;
- g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;
- h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há comitê de auditoria.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembléia Ordinária. Por determinação da Assembléia Ordinária realizada em 23/04/2013, o Conselho Fiscal foi mantido.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembléias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria

- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;

- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- Diretor Comercial: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de abastecimento, comercialização, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Políticas e práticas das Assembléias Gerais

a) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

b) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar – Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre – RS.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de administração de conflitos de interesse formalmente regulamentada.

e) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Aquelas previstas pelo Estatuto Social da Organização.

f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Aquelas previstas pelo Estatuto social da Organização. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembleias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há formalmente estabelecidos.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	24/03/2015
		Jornal do Comércio - RS	24/03/2015
		Zero Hora - RS	24/03/2015
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	04/04/2015
		Jornal do Comércio - RS	04/04/2015
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	21/03/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	04/04/2014
		Jornal do Comércio - RS	21/03/2014
			04/04/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	28/08/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	21/03/2013
		Jornal do Comércio - RS	21/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	08/04/2013
		Jornal do Comércio - RS	08/04/2013
		Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Jornal do Comércio - RS

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

b) Se existirem, as disposições do acordo nos acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há acordo de acionistas vigente na Cia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal de identificação e administração de conflito de interesses na empresa.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Se existir, descrever cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e à Companhia por meio de arbitragem

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Luiz Augusto Barcellos Krause	51	Pertence apenas à Diretoria	27/04/2015	1 ANO
435.086.000-25	engenheiro eletricista	Não há	27/04/2015	Sim
NÃO				
Marcelo Augusto Furlan dos Santos	47	Pertence apenas à Diretoria	27/04/2015	1 ANO
490.775.460-49	administrador de empresas	Diretor Financeiro controlada Real Empreendimentos	27/04/2015	Sim
NÃO				
LAURO DE OLIVEIRA LAPA	79	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2015	1 ANO
007.256.330-34	COMERCIANTE	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2015	Sim
NÃO				
ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2015	1 ANO
007.257.060-15	ADVOGADO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2015	Sim
NÃO				
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2015	1 ANO
237.291.630-00	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2015	Sim
NÃO				
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA	51	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2015	1 ANO
400.874.250-68	ENGENHEIRO CIVIL	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	27/04/2015	Sim
DIRETOR PRESIDENTE				
Augusto Lauro de Oliveira junior	57	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2015	1 ANO
207.412.940-87	ADVOGADO	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	27/04/2015	Sim
DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Luiz Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25				
exerceu nos últimos 9 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.				
Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49				
exerceu nos últimos 9 anos cargos de direção na administração da Companhia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.				
LAURO DE OLIVEIRA LAPA - 007.256.330-34				

exerceu nos últimos 9 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 007.257.060-15

exerceu nos últimos 9 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA - 237.291.630-00

exerceu nos últimos 9 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA - 400.874.250-68

exerceu nos últimos 9 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Augusto Lauro de Oliveira junior - 207.412.940-87

exerceu nos últimos 9 anos diversos cargos no Conselho ou administração da Companhia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não existem outros comitês vigentes na organização.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia é uma empresa de origem familiar que hoje tem representantes da terceira geração à frente dos negócios. Em função desta origem, existe a convivência com as seguintes relações familiares na operação: dois dos principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente) e todos os demais conselheiros são acionistas e possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em função da origem familiar e da sua estrutura de gestão, há a presença de administradores que são, concomitantemente: acionistas, conselheiros ou administradores da Companhia; ou acionistas, conselheiros e administradores da controlada Real Empreendimentos S/A; ou ainda acionistas e administradores na holdings controladora.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (D&O - Directors and officers), com o valor de cobertura limitado a MR\$ 10.000, prêmio de MR\$ 20.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes sobre a administração da Companhia

Não aplicável. Justificativa: a Administração da Companhia entende não haver outras informações relevantes que não as apresentadas nessa seção.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente e um membro do Conselho de Administração possuem remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, EBITDA, lucro líquido.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	850.000,00	3.650.000,00		4.500.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	7.000.000,00		7.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	850.000,00	10.650.000,00		11.500.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	368.000,00	1.860.000,00	107.000,00	2.335.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	368.000,00	5.360.000,00	107.000,00	5.835.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	339.000,00	1.303.000,00	85.000,00	1.727.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.480.000,00	0,00	6.480.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	339.000,00	7.783.000,00	85.000,00	8.207.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	313.000,00	1.168.000,00	44.000,00	1.525.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.178.000,00	0,00	3.178.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	313.000,00	4.346.000,00	44.000,00	4.703.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício foram parcialmente alcançadas. Desta forma houve a apropriação de PPR para o exercício.

A remuneração variável não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, estando aprovada em AGO nos últimos 3 exercícios sociais apenas para a Diretoria Estatutária.

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente da diretoria estatutária:	2015	2014	2013	2012
a. órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b. número de membros	4	4	4	4
c. em relação ao bônus:	N/A	N/A	N/A	N/A
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	N/A	N/A
d. em relação à participação no resultado:	R\$ 7.000.000,00	R\$ 6.900.000,00	R\$ 6.500.000,00	R\$ 4.500.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 7.000.000,00	R\$ 6.900.000,00	R\$ 6.500.000,00	R\$ 4.500.000,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 7.000.000,00	R\$ 6.900.000,00	R\$ 6.500.000,00	R\$ 4.500.000,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	R\$ 3.500.000,00	R\$ 6.480.000,00	R\$ 3.178.000,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente, descrever:

Não se aplica a companhia, pois não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, bem como as alterações em suas posições.

JOSAPAR	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	4,75%	0,01%	0%
PREFERENCIAIS	0%	0%	0%
REAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	8,92%	4,40%	0%
PREFERENCIAIS	8,29%	2,51%	0%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há remuneração baseada em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois na há opções em aberto.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica à companhia, pois não há planos de previdência privada em vigor.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	698.000,10	455.825,41	421.488,33	191.599,42	176.042,43	162.781,00	35.680,48	28.186,40	14.720,00
Valor da menor remuneração(Reais)	349.000,10	227.913,14	210.744,07	176.973,11	162.600,68	150.351,53	35.680,48	28.186,40	14.720,00
Valor médio da remuneração(Reais)	523.500,01	341.869,28	291.944,12	184.286,26	169.321,56	156.566,27	35.680,48	28.186,40	14.720,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****31/12/2014**

Na remuneração do Conselho de Administração, apenas o Presidente e 1 Conselheiro possuem remuneração mensal fixa.

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor:

Não há qualquer dispositivo adicional que não o detalhado no item 12.11.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica a companhia, pois os membros da administração não são caracterizados por partes relacionadas.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupando por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica a companhia, pois não há tais ocorrências.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros de conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica a companhia, pois não há tais ocorrências.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há nenhuma informação adicional relevante.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14. Recursos Humanos****14.1. Descrição dos recursos humanos****a) Número total de colaboradores das Empresas,****Josapar e Real Empreendimentos : 1.275**

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	
Engenho Centro	32
Externos	7
Farinha	17
Areal	35
Vila Princesa	516
Administração	166
Insumos	57
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	96
BRASILIA	14
ITAQUI – RS	290
SANTA VITORIA	19
Total Empresa Josapar	1249

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
POA	11
Santa Maria	15
Total Real Empreendimentos	26

b) Número total de terceirizados:

Em 2014 a companhia tinha a seguinte composição de terceiros:

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Pelotas	24
Itaqui	8
<u>Recife</u>	<u>2</u>
Total	34

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em 25,38%

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco. A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta, atualmente, R\$ 3,85 milhões. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Comentário sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Não aplicável à Companhia, pois não houve nenhuma alteração relevante.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos funcionários da Companhia

a) Política de salários e remuneração variável

A Política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembleia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio ótico;
- Convênio farmácia;
- Convênio Livraria;
- Cesta básica;
- Refeitório;
- Seguro de Vida.

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois não há remuneração baseada em ações a empregados.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrever a relação da Companhia com os sindicatos de relacionamento

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.						
13.075.182/0001-01	BRASILEIRA-RS	Não	Não	13/01/2011		
	1.030.000	9,855523%	0	0,000000%	1.030.000	9,733178%
Santiago Santos Gottschall						
417.119.800-30		Não	Não			
	800	0,007655%	7.700	5,861397%	8.500	0,080322%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			
NORIO SUZAKI						
056.348.498-53	JAPONESA	Não	Não			
	10.000	0,095685%	14.100	10,733207%	24.100	0,227737%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			
JOSE OSWALDO MORALES JUNIOR						
066.016.438-82	BRASILEIRA-SP	Não	Não	28/11/2012		
	8.000	0,076548%	16.100	12,255648%	24.100	0,227737%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			
PEROLI S/A PARTICIPACOES						
01.093.994/0001-09	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
	6.161.976	58,960675%	500	0,380610%	6.162.476	58,233470%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BANRISUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES						
88.198.056/0001-43	BRASILEIRA-RS	Não	Não	17/11/2011		
	0	0,000000%	22.700	17,279703%	22.700	0,214508%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS						
92.682.038/0001-00	BRASILEIRA-SP	Não	Não	10/12/2009		
	0	0,000000%	52.500	39,964070%	52.500	0,496109%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	3.240.217	31,003914%	17.768	13,525365%	3.257.985	30,786939%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	10.450.993	100,000000%	131.368	100,000000%	10.582.361	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PEROLI S/A PARTICIPACOES				01.093.994/0001-09	
FERRAGENS VIANNA S/A					
92.192.236/0001-95	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010	
6.328.838	18,360460	0	0,000000	6.328.838	18,360460
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda					
07.009.537/0001-61	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010	
15.129.936	43,893141	0	0,000000	15.129.936	43,893141
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
13.011.158	37,746399	0	0,000000	13.011.158	37,746399
TOTAL	34.469.932	100,000000	0	0,000000	34.469.932
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FERRAGENS VIANNA S/A				92.192.236/0001-95	
OUTROS					
157.972	38,487139	0	0,000000	157.972	38,487139
TOTAL					
410.454	100,000000	0	0,000000	410.454	100,000000
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA					
08.173.613/0001-32	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010	
252.482	61,512861	0	0,000000	252.482	61,512861
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda				07.009.537/0001-61	
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.					
06.188.543/0001-60	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.776.250	40,001233	0	0,000000	3.776.250	40,001233
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
L.M.A. Negócios e Participações Ltda.					
06.179.946/0001-43	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010	
1.886.250	19,980755	0	0,000000	1.886.250	19,980755
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
3.777.834	40,018012	0	0,000000	3.777.834	40,018012
TOTAL					
9.440.334	100,000000	0	0,000000	9.440.334	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.				06.188.543/0001-60	
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA					
007.256.500-44	BRASIL-RS	Não	Sim		
31.844	49,508706	0	0,000000	31.844	49,508706
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR					
207.412.940-87	BRASIL-RS	Não	Sim		
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM					
457.707.270-04	BRASIL-RS	Não	Sim		
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO					
417.879.780-87	BRASIL-RS	Não	Sim		
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Almalaguês Negócios e Participações Ltda.				06.188.543/0001-60	
OUTROS					
32.044	49,819651	0	0,000000	32.044	49,819651
TOTAL					
64.320	100,000000	0	0,000000	64.320	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
L.M.A. Negócios e Participações Ltda.				06.179.946/0001-43	
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES					
411.410.400-34	BRASIL-RS	Não	Sim		
1.574	49,984122	0	0,000000	1.574	49,984122
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA					
400.874.250-68	BRASIL-RS	Não	Sim		
1.575	50,015878	0	0,000000	1.575	50,015878
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	3.149	100,000000	0	0,000000	3.149
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				08.173.613/0001-32		
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.188.543/0001-60	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
390.000	40,271824	0	0,000000	390.000	40,271824	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA						
06.179.946/0001-43	BRASIL-RS	Não	Sim	31/12/2010		
128.044	13,221963	0	0,000000	128.044	13,221963	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
450.375	46,506213	0	0,000000	450.375	46,506213	
TOTAL	968.419	100,000000	0	0,000000	968.419	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA					
007.256.500-44	BRASIL-RS	Não	Sim		
31.844	49,508706	0	0,000000	31.844	49,508706
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR					
207.412.940-87	BRASIL-RS	Não	Sim		
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM					
457.707.270-04	BRASIL-RS	Não	Sim		
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO					
417.879.780-87	BRASIL-RS	Não	Sim		
144	0,223881	0	0,000000	144	0,223881
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.188.543/0001-60	
OUTROS					
32.044	49,819651	0	0,000000	32.044	49,819651
TOTAL					
64.320	100,000000	0	0,000000	64.320	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				06.179.946/0001-43	
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES					
411.410.400-34	BRASIL-RS	Não	Sim		
1.574	49,980000	0	0,000000	1.574	49,980000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA					
400.874.250-68	BRASIL-RS	Não	Sim		
1.575	50,020000	0	0,000000	1.575	50,020000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	3.149	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	85
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	12
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	42

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	440.240	4,212423%
Quantidade preferenciais (Unidades)	130.868	99,619390%
Total	571.108	5,396792%

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia, do qual um controlador seja parte, regulando o exercício de direito a voto ou a transferência de ações da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve alteração relevante nos 3 últimos exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações relevantes sobre dados de controle

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o controle societário da organização.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há regra formal específica para esse tema.

16.2. Relações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Juros s/ capital próprio	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	297	-	3.793	-	-
Outros	608	(976)	-	2.483	(976)
Em 31.12.2014	905	(976)	3.793	2.483	(976)
Real Empreendimentos S.A.	70	-	1.867	-	-
Outros	18	(773)	-	1.640	(773)
Em 31.12.2013	88	(773)	1.867	1.640	(773)
Real Empreendimentos S.A.	31	-	2.199	-	-
Outros	20.118	-	-	21.484	-
Em 31.12.2012	20.149	-	2.199	21.484	-

As transações praticadas com partes relacionadas seguem políticas estabelecidas entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Detalhadas no anexo do item 16.1

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação às transações com partes relacionadas ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal específica para esse tema.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2014	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2013	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2012	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há desdobramento, grupamento ou bonificação.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve redução do capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Outras informações relevantes sobre o Capital da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o Capital da organização.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Segundo o estatuto social da companhia, são assegurados a seus acionistas dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a Lei das Sociedades por ações
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais têm preferência no pagamento dos dividendos conforme a Lei das Sociedades por ações, e a elas ainda é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício, de acordo com o estatuto social da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a Lei das Sociedades por ações
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, regras estatutárias que limitem o direito a voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não existem tais regras estatutárias.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não há exceções e cláusulas suspensivas previstas em estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Companhia entende que devido ao ínfimo volume de negociações, esses movimentos podem não representar com exatidão a precificação dos valores mobiliários da organização, prejudicando a análise e tomada decisão de investimento na empresa.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores da Companhia são admitidos à negociação

BOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Informações sobre cada classe ou espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas ou coligadas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Outras informações relevantes sobre Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Valores Mobiliários.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há plano de recompra.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há movimentação de VM em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há VM em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Fornecer outras informações relevantes sobre recompra de valores mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre recompra de Valores Mobiliários.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de negociação formal estabelecida.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de negociação de Valores Mobiliários.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A política formal de divulgação de informações segue as regras estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Prevê a disponibilização imediata de ato ou fato relevante à CVM, através do sistema IPE, na área de investidores do site da Companhia na rede mundial de computadores, na seção comunicado ao mercado das informações periódicas e eventuais da organização – http://josapar.com.br/tipo_investidor/comunicado-mercado/, e nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia para veicular suas publicações.

A íntegra da política pode ser obtida no link a seguir: <http://josapar.com.br/wp-content/uploads/2012/02/08-07-02-Política-de-Divulgação-de-Ato-ou-Fato-Relevante.pdf>

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ n.87.456.562/0001-22
NIRE 43300009882

COMPANHIA ABERTA

MANUAL DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES

A comunicação, divulgação e uso de informações relevantes da JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES, doravante designada, simplesmente, “Companhia”, regular-se-á pelo disposto no presente Manual, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares vigentes.

1. Responsável pela divulgação do ato ou fato relevante:

Compete ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e a bolsa de valores e/ou entidade de balcão organizado em que são negociados os valores mobiliários emitidos pela “Companhia”, todo e qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da “Companhia”, assim entendida qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos da administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da “Companhia” ou a eles referenciados; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares dos valores mobiliários emitidos pela “Companhia” ou a eles referenciados.

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, por sua vez, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento, para que este promova a sua divulgação.

2. Forma de divulgação do ato ou fato relevante:

A divulgação do ato ou fato relevante envolvendo a “Companhia” dar-se-á, de forma completa e detalhada, por meio de publicação no Diário Oficial (Indústria & Comércio) do Estado do Rio Grande do Sul, Jornal do Comércio de Porto Alegre e no Diário do Comércio e Indústria de São Paulo, jornais utilizados habitualmente pela “Companhia” para veicular suas publicações.

Além da divulgação através da imprensa, em atenção ao exigido através do Ofício Circular/CVM/SGE/Nº01/2002, de 26.04.2002, as informações acerca de (a) atos ou fatos relevantes; (b) ofertas públicas; (c) alienação de controle; e (d) aquisição e alienação de participação acionária relevante, bem como nas negociações de controladores e acionistas, deverão ser enviadas à Comissão de Valores Mobiliárias, por meio eletrônico, ao seguinte endereço: <http://www.cvm.gov.br>.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

2

3. Prazo para divulgação de ato ou fato relevante:

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, preferencialmente, antes do início ou após o encerramento dos negócios na bolsa de valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da “Companhia” são negociados.

Não sendo possível a divulgação do ato ou fato relevante antes do início ou após o encerramento dos negócios na bolsa de valores, conforme estabelecido no parágrafo precedente, sendo necessária a sua divulgação durante o horário de negociação, poderá o Diretor de Relações com Investidores, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da “Companhia”, pelo tempo necessário á adequada disseminação da informação relevante.

4. Exceção à imediata divulgação de ato ou fato relevante:

Excepcionalmente, é facultada a não divulgação imediata de ato ou fato relevante que, a juízo dos acionistas controladores e/ou administradores da Companhia, colocaria em risco interesse legítimo da “Companhia”.

Neste caso, os administradores e/ou acionista controlador da “Companhia” fica obrigado a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da “Companhia” ou a eles referenciados.

Os administradores e acionistas controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos ou fatos relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a “Companhia”, endereçando requerimento ao Presidente da Autarquia, em envelope lacrado, no qual deverá ser aposta a palavra “Confidencial”.

5. Dever de guardar sigilo:

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, e os empregados da “Companhia”, deverão (a) guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou da posição que ocupam, até sua divulgação no mercado, e (b) zelar para que seus subordinados e pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo.

6. Divulgação de informações específicas:

Para a divulgação de informações referentes a (a) ofertas públicas que dependam de registro na Comissão de Valores Mobiliários; (b) alienação de controle; (c) negociações de ações de emissão da “Companhia” por seus administradores e pessoas ligadas; (d) a aquisição e alienação de participação acionária relevante, e sobre negociações de controladores e acionistas, deverão ser observadas, respectivamente, o disposto nos artigos 9, 10, 11 e 12 da Instrução CVM n. 358, de 03.01.2002.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

3

7. Adesão ao Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações:

7.1 Deverão aderir formalmente ao presente Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações, através da assinatura do respectivo Termo de Adesão, conforme modelo anexado a este manual como Anexo I, os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, e por todos aqueles que, em virtude de seu cargo, função ou posição na “Companhia”, tenham acesso a informações relevantes.

7.2 O Termo de Adesão será arquivado na sede social da “Companhia”, sita Rua Professor Dr. Araújo n. 1653, Pelotas, RS, enquanto a pessoa que a ele aderiu mantiver vínculo com a “Companhia”, e por 05 (cinco) anos, no mínimo, após o seu desligamento.

7.3 A “Companhia” manterá em sua sede social, à disposição da CVM, a relação das pessoas mencionadas no item 7.1 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso, atualizando-a imediatamente sempre que houver qualquer modificação.

8. Disposições Gerais:

Qualquer alteração neste Manual deverá ser tomada pelo Conselho de Administração e comunicada à Comissão de Valores Mobiliários e à bolsa de valores e entidade de balcão organizado onde os valores mobiliários de emissão da “Companhia” são admitidos à negociação.

O Diretor de Relações com Investidores é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento da política de divulgação de atos e fatos relevantes regulada através do presente Manual, bem como para prestar o esclarecimento a quaisquer dúvidas a respeito de sua aplicação.

O presente instrumento é assinado por todos os Conselheiros de Administração da “Companhia”, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Pelotas, RS, 30 de julho de 2002.

Augusto Lauro de Oliveira Jr.
Diretor de Relações com Investidores

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

4

Anexo I

**TERMO DE ADESÃO AO MANUAL
DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES DA
JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**

Pelo presente instrumento, (nome e qualificação), residente e domiciliado(a) em, inscrito(a) no CPF/MF sob n., portador(a) da Carteira de Identidade n., doravante denominado simplesmente “Declarante”, na qualidade de (cargo/função ou relação com a Companhia) da **JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. – PARTICIPAÇÕES**, companhia aberta, inscrita no CNPJ sob n.-....., com sede em, doravante designada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações da Companhia, cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de informações relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

....., RS, de de

.....
(Inserir nome do Declarante)

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

CPF:

Nome :

RG.:

CPF:

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações são de responsabilidade compartilhada entre o Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores e o Diretor Administrativo Financeiro.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de divulgação de informações ao mercado.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre na operação normal dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente ligados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Negócios Extraordinários.